



Maria Luiza Amaral Pereira

**A RELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
DESIGUALDADE SOCIAL: UM COMPARATIVO DO BRASIL E DO
RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 2012 A 2021**

Horizontina/RS

2022

Maria Luiza Amaral Pereira

**A RELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
DESIGUALDADE SOCIAL: UM COMPARATIVO DO BRASIL E DO
RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 2012 A 2021**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Marcio Leandro Kalkmann, Mestre

Horizontina/RS

2022

**FAHOR – FACULDADE HORIZONTINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**A RELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
DESIGUALDADE SOCIAL: UM COMPARATIVO DO BRASIL E DO
RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 2012 A 2021**

Elaborada por:

Maria Luiza Amaral Pereira

como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: 03/12/2022

Pela Comissão Examinadora

**Mestre Marcio Leandro Kalkmann
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

**Mestre Stephan Sawitzki
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Mestre Ivete Linn Ruppenthal
FAHOR – Faculdade Horizontina**

Horizontina/RS

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo Vagner, a minha filha Carmen Vera e ao meu filho Jorge Henrique, por estarem sempre do meu lado me apoiando.

Dedico também aos meus amigos que sempre me incentivaram nessa longa caminhada, e por fazerem parte da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar esta experiência.

Agradeço a minha família, por todo o apoio e incentivo necessário.

Agradeço o meu orientador Márcio e a professora Ivete, por todo os ensinamentos, paciência, e compreensão ao longo do ano.

Agradeço a todos os professores e colegas que fizeram parte dessa linda trajetória.

*Nunca foi sorte sempre foi Deus, o tempo todo,
do meu lado, guiando minha vida, nos
caminhos certos das minhas conquistas.*

Lourdes Souza.

RESUMO

O desenvolvimento econômico e a desigualdade social estão relacionadas, uma vez que a desigualdade vem da má distribuição de renda e que o Brasil tem uma das maiores concentrações de renda, mas que está má distribuída entre a população. Neste sentido foram realizados estudos em livros, artigos e sites. O objetivo deste trabalho é comparar as variações da desigualdade social a partir da evolução do crescimento econômico do Brasil no período de 2012 a 2021. Com o problema de pesquisa que é identificar como a desigualdade social se comportou frente as variações do crescimento econômico no Brasil entre 2012 a 2021. A pesquisa foi classificada quanto aos objetivos, como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória busca promover maior relação com o problema, tornando-o mais compreensível e explícito. E descritiva, devido ao fato de expor as características de uma determinada população ou fenômeno. Quanto aos procedimentos a pesquisa foi histórica e comparativa pois foi usado para coleta de dados. Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizado o método de abordagem dedutivo, para realizar a pesquisa na literatura existente para tirar todas as conclusões verdadeiras. As técnicas de pesquisa utilizadas para a coleta de dados foram a bibliográfica e documental. E posteriormente foi feita a análise e discursão dos resultados. Apresentou-se a desigualdade social no Brasil e no Rio Grande do Sul no período de 2012 a 2021, através da análise da desigualdade e o crescimento econômico com a ajuda dos indicadores de desenvolvimento econômico e de dados macroeconômicos. Através da pesquisa feita encontrou-se os seguintes resultados que a desigualdade social está em toda as esferas da vida humana, e a questão da desigualdade social está relacionada com a riqueza, a pobreza, a concentração de renda, o emprego formal, já o emprego informal contribui para que esses dados de desigualdade aumentem. A desigualdade social no Brasil e no Rio Grande do Sul é um fator que é influenciada pelo crescimento econômico, através do PIB, o coeficiente de Gini e o índice de desenvolvimento humano, (IDH), através destes indicadores pode-se comprovar que o crescimento econômico de um país contribui de uma maneira negativa em reação a desigualdade.

Palavras-chave: Desigualdade. Crescimento econômico. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Economic development and social inequality are related, since inequality comes from the poor distribution of income and that Brazil has one of the highest concentrations of income, but it is poorly distributed among the population. In this sense, studies were carried out in books, articles and websites. The objective of this work is to compare the variations of social inequality from the evolution of economic growth in Brazil in the period from 2012 to 2021. With the research problem that is How social inequality behaved in the face of variations in economic growth in Brazil between 2012 to 2021. For the research, it was classified in two aspects, classifying itself as exploratory and descriptive. Exploratory research seeks to promote a greater relationship with the problem, making it more understandable and explicit (PRODANOV; FREITAS, 2013). And descriptive, due to the fact of exposing the characteristics of a certain population or phenomenon, through techniques and standardized data collection, as for the means of research it was documentary and bibliographical, bibliographical, an investigation of the theoretical material on the subject of interest was carried out, seeking to recognize the problem and question it, being it the delimiter of the subject of study, and documentary due to the fact that it is based on primary sources, and the documents analyzed can be current or old, and can be used for historical, social and historical contextualization. economical to find the data. For the development of this study, the deductive approach method was used. Through this method it can be deduced that economic development affects social inequality in Brazil, and vice versa, but in a negative way this method was used to carry out research in the existing literature to draw all true conclusions. The research techniques used for data collection were bibliographic and documentary. Afterwards, the results were analyzed and discussed. Where I present social inequality in Brazil and Rio Grande do Sul in the period from 2012 to 2021, through the analysis of inequality and economic growth with the help of economic development indicators and macroeconomic data.

Keywords: *Inequality. Economic growth. Development.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Índice de Gini do rendimento do trabalho e do rendimento domiciliar per capita e do rendimento domiciliar (Brasil,2012-2019)	40
Figura 2: Concentração de Renda	41
Figura 3: Distribuição da renda no Brasil	42
Figura 4: Taxa composta de subutilização (trimestres de julho a setembro) Brasil – 2012 a 2021 (%)	43
Figura 5: Ranking da concentração de renda.....	44
Figura 6: Participação do Rio Grande do Sul no PIB Brasil -2012-2019 (%).....	49
Figura 7: População economicamente ativa.....	50
Figura 8: Os estados que possuem a maior proporção de pobreza.....	51
Figura 9: Média anual da taxa de desemprego no Brasil de 2012 a2019.	53
Figura 10: Evolução anual do emprego com e sem carteira assinada	54
Figura 11: Evolução da taxa de desemprego no Brasil.....	55
Figura 12: Evolução do índice de Gini do rendimento domiciliar per capita no Brasil	56
Figura 13: Escala do IDH	58
Figura 15: Fórmula de Brown	59

Tabelas

Tabela 1: Produto interno Bruto (PIB) e PIB per capita do Rio Grande do Sul e do Brasil -2012	46
Tabela 2: Produto Interno Bruto a preços de mercado, PIB per capita do Rio Grande do Sul — 2012-2019	46
Tabela 3: Ranking dos 10 maiores municípios segundo o Produto interno Bruto (PIB), do Rio Grande do Sul-2012.....	48
Tabela 5: O IDH e o Índice de Gini do Brasil e do Rio Grande do Sul	57
Tabela 6: O índice de Gini do Rio Grande do Sul antes durante e pós pandemia. ...	60
Tabela 7: O IDH do Brasil antes, durante e pós pandemia.	61
Tabela 8: Principais impactos da pandemia em famílias do RS 2021	63

Quadros

Quadro 1: Os principais programas sociais	35
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

- CEPAL:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- DEE:** Departamento de Economia e Estatística
- DIEESE:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- FEE:** Fundação de Economia e Estatística
- FGTS:** Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FGV:** Fundação Getúlio Vargas
- FIOCRUZ:** Fundação Oswaldo Cruz
- G20:** Grupo dos 20
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDESE:** Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
- IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano
- IPEA:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IOS:** iPhone Operating System ou sistema operacional do iPhone
- OMS:** Organização Mundial da Saúde
- ONU:** Organização das Nações Unidas
- PEA:** População Economicamente Ativa
- PIB:** Produto Interno Bruto
- PNAD:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNB:** Produto Nacional Bruto
- PNUD:** Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento
- PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- SUFRAMA:** Superintendência da Zona Franca de Manaus
- VAB:** Valor Adicional Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	15
3 REVISÃO DA LITERATURA	18
3.1 O SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	18
3.1.1 Crescimento e desenvolvimento	22
3.1.2 Os primeiros teóricos de desenvolvimento e crescimento	23
3.2 NEODESENVOLVIMENTISMO E EVOLUCIONISTAS.....	27
3.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	28
3.3.1 Desigualdade social	30
3.3.2 Pobreza, miséria e subdesenvolvimento	31
3.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	32
3.4.1 Principais programas sociais	34
3.5 TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	36
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
4.1 A DESIGUALDADE SOCIAL NO PERÍODO DE 2012 A 2021 NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	38
4.1.1 Desigualdade social no Brasil	38
4.1.2 Desigualdade social no Rio Grande do Sul	45
4.2 ANÁLISE DA DESIGUALDADE SOCIAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PAÍS NO PERÍODO ENTRE 2012 A 2021	55
4.3 DADOS MACROECONOMICOS DO CRESCIMENTO DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL.....	58
4.3.1 O índice de Gini e o IDH no Brasil e Rio Grande do Sul	59
4.3.2 O IDH e o Índice de Gini no Brasil e no Rio Grande do Sul	61
4.4 A PANDEMIA COMO AGRAVANTE DA DESIGUALDADE	62
4.4.1 Principais evidencias na comparação do Brasil em relação ao Rio Grande do Sul	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66

REFERÊNCIAS.....67

1 INTRODUÇÃO

Para que haja crescimento econômico, é necessário poupar e investir mais, refrear a reprodução da espécie, qualificar os trabalhadores, empregar as pessoas no setor de pesquisa e desenvolvimento de novas ideias tecnológicas, promover a abertura econômica, bem como melhorar a infraestrutura institucional. Todas essas medidas perfazem os elementos principais de uma política sensata voltada ao crescimento econômico (FEIJÓ, 2007).

É pertinente fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento econômico e suas relações com o crescimento. Cabe destacar que nível elevado de produto per capita não é sinônimo de desenvolvimento econômico, primeiramente, porque países com elevado indicador de riqueza média podem apresentar, ao mesmo tempo, indicadores sociais ainda sofríveis (FEIJÓ, 2007).

Além de crescimento econômico, o desenvolvimento requer políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento, alcançando um número maior de pessoas. No entanto, esta dicotomia entre crescimento e desenvolvimento é menos válida no contexto em que o objetivo almejado não é o de alcançar algum grau de riqueza e certo desenvolvimento desigual entre a população, mas o pleno crescimento econômico, conduzindo o país pobre em questão a nível de riqueza média, similares aos países mais ricos. (FEIJÓ, 2007).

Educação, saúde, qualificação profissional representam, ao mesmo tempo, condição para o crescimento econômico e indicador de desenvolvimento social. No longo prazo, os modelos teóricos dos economistas (Solow, Roemer, North etc.) demonstram que o que faz o país crescer faz o povo se desenvolver. É bem verdade que em contexto específico e em situações de médio prazo há casos em que a piora do quadro social pode vir associada a certa pujança econômica (FEIJÓ, 2007).

A noção de desenvolvimento econômico funciona como um critério para avaliar as políticas de crescimento, acompanhadas de iniciativas de suporte social, para alcançarem de fato, seus objetivos. Em situação de desenvolvimento pleno as pessoas teriam liberdade de escolha, de escolher a profissão, o tamanho da família, ou de não a constituir, sua cesta de consumo de bens e serviços, incluindo serviços culturais, livros, jornais, revistas, cinema, teatro, o estilo de vida que querem ter entre outras escolhas (FEIJÓ, 2007).

A desigualdade social é uma realidade brasileira, pois a mesma está diretamente relacionada à falta de desenvolvimento econômico. Na economia a desigualdade pode impactar no crescimento sustentável, na produtividade, na negatividade do capital humano, além de outros indicadores. Já no âmbito político social pode alterar atitudes protecionistas, mobilidades sociais e também outras, inclusive a criminalidade. As políticas públicas também alteram a situação de desigualdade em cada estado e região (SOUZA, 2007).

O desenvolvimento econômico é definido como a melhora do bem estar geral da população, devido a elevação dos indicadores quantitativos e qualitativos da economia, em relação a qualidade de vida da população, contribuindo para o equilíbrio social. “Uma das questões preocupantes é o tamanho do país, e a desigualdade nas condições de saneamento básico e domiciliar, que são necessários para que as pessoas possam viver, e até mesmo enfrentar uma pandemia adequadamente” (REIS, 2018).

Neste sentido o tema desta pesquisa é o estudo do crescimento econômico e a desigualdade social do Brasil e Rio Grande do Sul realizando um comparativo no período de 2012 a 2021.

A desigualdade social é um desafio a ser vencido pelo Brasil, e a partir da Pandemia, isso se acentuou. A população em situação de vulnerabilidade no país foi afetada de forma negativa neste contexto, as diferenças são inúmeras, em relação ao país e estado do Rio Grande do Sul. Ao observar as lacunas e o quão é grande a desigualdade social no Brasil, principalmente devido à situação delicada que o país passa durante a pandemia, o problema de pesquisa deste estudo é: Como a desigualdade social se comportou frente as variações do crescimento econômico no Brasil entre 2012 a 2021?

Este tema foi escolhido com o intuito de expor a desigualdade social e o desenvolvimento econômico durante o período de 2012 a 2021, bem como para evidenciar o quanto a desigualdade pode afetar e influenciar a vida da população. A desigualdade social é algo que se pode presenciar todos os dias, sendo que a mesma impacta diretamente na vida da população em geral.

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é comparar as variações da desigualdade social a partir da evolução do crescimento econômico do Brasil no período de 2012 a 2021.

Os objetivos específicos deste estudo são:

- a) Descrever a evolução histórica das teorias do crescimento e desenvolvimento econômico;
- b) Apresentar dados sobre a desigualdade social (favelização; pobreza; miséria; desemprego; desnutrição; marginalização; violência) no período de 2012 a 2021 no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul;
- c) Apresentar dados macroeconômicos do crescimento econômico do Brasil e do Rio Grande do Sul.
- d) Analisar a desigualdade social e o crescimento econômico no país no período entre 2012 a 2021.

Esta monografia está dividida em capítulos. No capítulo 1 consta a introdução onde descreveu-se o tema, problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos do estudo. No capítulo 2 apresenta-se a metodologia classificando-a como exploratória e descritiva quanto aos objetivos, quando ao método de abordagem utilizado foi o método dedutivo, quanto aos procedimentos utilizados, utilizou-se o histórico e comparativo, as técnicas de coleta usadas foram a bibliográfica e documental, e as técnicas de análise utilizadas foram as qualitativas e quantitativas, e por fim utilizou-se a análise de conteúdo para analisar e interpretar os dados. No 3 capítulo consta a revisão da literatura, no capítulo 4 apresenta-se análise e discussão o dos resultados, e por fim as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia é compreendida como um princípio que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. Ainda, esta examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e a resolução de problemas e ou questões de investigações (PRODANOV; FREITAS, 2013). Sendo assim, neste capítulo apresenta-se os métodos e as técnicas desta pesquisa.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, se classificam como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória busca promover maior relação com o problema, tornando-o mais compreensível e explícito (PRODANOV; FREITAS, 2013). Neste sentido foram analisados dados já existentes sobre a desigualdade social e o desenvolvimento econômico no Brasil durante o período de 2012 a 2021, buscando uma resposta ao problema de pesquisa.

E descritiva, devido ao fato de expor as características de uma determinada população ou fenômeno, através de técnicas e coletas de dados padronizados. Possui o objetivo de esclarecer de maneira abrangente o assunto já pesquisado por alguém, sem que haja qualquer intenção de provar algo, mas sim descrever os resultados (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa se caracteriza como descritiva, pois ela descreve o desenvolvimento econômico e as causas da desigualdade social.

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizado o método de abordagem dedutivo, o qual sugere uma análise de um problema geral para o particular, através de uma cadeia de raciocínio decrescente (PRODANOV; FREITAS, 2013). Através deste método pode-se deduzir que o desenvolvimento econômico afeta a desigualdade social no Brasil. Este método foi utilizado para realizar a pesquisa na literatura já existente para tirar conclusões verdadeiras.

Quanto aos procedimentos que foram utilizados cita-se o histórico e comparativo. Para Marconi e Lakatos (2021) o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram a sua forma atual

através de alterações de suas partes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. O método histórico também concentra a investigação de acontecimentos, do passado, que servem para verificar a sua influência na sociedade atual. Assim, o método histórico parte do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, sendo importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Esta pesquisa trouxe a questão do desenvolvimento econômico no século XX com suas raízes teóricas e empíricas, originadas na maior parte dos casos das crises econômicas do sistema capitalista.

O método comparativo, para Marconi e Lakatos (2021, p. 32), foi empregado por Taylor, que considerava que “o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedade ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano”. Este método realiza comparações, com a finalidade de verificar semelhanças e explicar diferenças, desenvolvendo análises comparativas, sendo ele o ato de avaliar duas ou mais coisas, determinar as características relevantes e comparáveis de cada uma delas. Através da pesquisa foi realizado um comparativo de dados do desenvolvimento econômico e da desigualdade social no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.

As técnicas de pesquisa usadas para a coleta de dados são a bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral (MARCONI; LAKATOS, 2021, p. 213). Portanto, a pesquisa bibliográfica é uma investigação do material teórico sobre o assunto de interesse, buscando reconhecer o problema e o questionar, sendo ele o delimitador do tema de estudo.

Já a pesquisa documental, sua característica é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI; LAKATOS, 2021, p. 202). Assim, esta pesquisa foi baseada em fontes primárias, sendo que os documentos analisados

podem ser atuais ou antigos, e podem ser usados para contextualização histórica, social e econômica buscando dados.

O presente trabalho foi analisado através das técnicas de análise qualitativa e quantitativa. Segundo Denzin e Lincoln (2006) a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seu cenário natural, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a ele conferem. Costumam-se considerar técnicas qualitativas as entrevistas abertas, grupos de discussão ou técnicas de observação de participantes. A investigação quantitativa atribui valores numéricos às declarações ou observações, com o propósito de estudar com métodos estatísticos possíveis relações entre as variáveis, enquanto, a investigação qualitativa recolhe os discursos completos dos sujeitos, para proceder então com a sua interpretação, analisando as relações de significado que se produzem em determinada cultura ou ideologia.

Neste sentido, para atingir os objetivos propostos neste estudo, a abordagem qualitativa foi utilizada para descrever os dados históricos e comparativos, procurando compreender e interpretar as informações obtidas a partir de sua pesquisa.

Por fim, foi utilizada a análise de conteúdo com o objetivo de analisar e interpretar os dados coletados através da pesquisa bibliográfica e documental. Por fim “análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011,p.15)

3 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo apresenta-se a revisão da literatura, o qual está dividido em seções. Na primeira seção foi abordado sobre o surgimento e a evolução das teorias do desenvolvimento econômico, se baseando nos principais economistas. Já na segunda seção aborda-se o conceito do neodesenvolvimentismo e os evolucionistas. Na terceira seção foram exibidos os indicadores do desenvolvimento econômico, com a ajuda da desigualdade social, a pobreza, miséria e o subdesenvolvimento. Na quarta seção destaca-se o desenvolvimento econômico no Brasil de um modo geral.

3.1 O SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A teoria do desenvolvimento econômico, surgiu no século XV, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, a partir da decadência do sistema feudal e do nascimento de uma nova classe social, a burguesia. O início do capitalismo ocorreu no século XIII, a partir da desestruturação do sistema feudal, que por sua vez modificou o setor produtivo e as relações de trabalho, nesse momento houve o renascimento comercial que ficou caracterizado pela transição do feudalismo para o capitalismo (MENEZES, s.d.).

Ainda conforme o mesmo autor, o capitalismo surgiu durante a revolução industrial. As características desse regime político econômico são de economia de mercado em que o próprio determina a trajetória da circulação, dos preços e da produção.

As teorias do desenvolvimento ganharam grande importância política e social após a Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento é um processo social global, só por facilidade metodológica, ou em sentido parcial, se podendo falar de desenvolvimento, político, cultural e social, esse processo do desenvolvimento econômico é um processo de crescimento da renda real caracterizado pelo melhor emprego dos fatores de produção, nas condições reais da comunidade e ideias do tempo (JAGUARIBE, 1969).

Com relação a origem do desenvolvimento econômico, a questão tem raízes teóricas e empíricas, originadas na maior parte dos casos das crises econômicas do sistema capitalista (SOUZA, 2007).

Alguns dos autores acreditam que se encontra no pacto colonial, derivado do pensamento mercantilista, a origem do subdesenvolvimento contemporâneo. Em relação às metrópoles a grande falha do sistema evidenciou-se por se ter atribuído importância demasiada a fluxo de metais preciosos como fator de riqueza nacional. Procurando maximizar os saldos da balança comercial, repudiava-se implicitamente o papel que as importações poderiam ter no desenvolvimento manufatureiro interno. Como reação ao mercantilismo, surgiram no século 18 as escolas fisiocráticas na França e a clássica na Inglaterra que passaram a se preocupar objetivamente com os problemas do crescimento e da distribuição (SOUZA, 2007, p.1).

O tema crescimento econômico emerge com vigor com Adam Smith o autor procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional; explica como o mercado opera e qual a importância do aumento do tamanho dos mercados para reduzir o custo médio (efeito escala) e permite a produção com lucros. Expandindo-se os mercados, aumentam a renda e o emprego. O desenvolvimento ocorre com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivo; pela redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população. Mais tarde Schumpeter diferenciou crescimento de desenvolvimento, sendo este provocado pelas inovações adotadas pelo empresário, com a ajuda do crédito (SOUZA, 2007, p.2).

Após a Segunda Guerra Mundial, a macroeconomia Keynesiana passou a ser aplicada em todo mundo. Contudo, verificou-se sua inadequação para explicar o desenvolvimento, por ser este fenômeno de longo prazo. Os economistas buscaram, então, na História Econômica os elementos para a formação de uma “teoria do desenvolvimento”. A principal constatação foi a de que o subdesenvolvimento deriva do desenvolvimento, isto é, da expansão do capitalismo mundial em sua fase oligopolista (FURTADO, 1961, p.180-191 *apud* SOUZA, 2007, p.3).

Não existe definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, acredita em crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é uma situação indispensável para o desenvolvimento, mas que somente esta situação não é suficiente. No primeiro grupo, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais Keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor, na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974),

Myrdal (1968) e Nurkse (1957), embora com mais raízes ortodoxas executaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas. Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido por que ele cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Ele não utiliza completamente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades (SOUZA, 2007).

Desenvolvimento econômico é um tema que emergiu somente no século XX o objetivo daqueles que se ocupavam com as finanças públicas era aumentar o poder econômico e militar dos soberanos. Raramente havia a preocupação com a melhoria das condições de vida do povo, apesar do analfabetismo generalizado, dos surtos de fome e dos altos níveis de mortalidade. Muitas vezes a população era dizimada por epidemias provocadas por falta de higiene. A necessidade de segurança superava objetivos econômicos e sociais. As viagens eram perigosas e as agressões estrangeiras frequentes. No caso do regime feudal, procurava-se combinar a segurança do povo com a subsistência do Senhor. Este sistema manteve um equilíbrio secular, mas dificultava as mudanças necessárias ao desenvolvimento econômico. O surgimento do Estado nacional moderno, o Renascimento e as grandes descobertas marítimas revolucionaram as relações econômicas. As riquezas colônias desempenharam importante papel na expansão das economias nacionais europeias (SOUZA, 2007, p. 1).

Assim distingue-se a ideia de processo de desenvolvimento de crescimento econômico. Esta refere ao simples aumento quantitativo da riqueza ou do produto per capita, enquanto a ideia de desenvolvimento abrange o sentido de aperfeiçoamento qualitativo da economia, através de melhor divisão social do trabalho, do emprego de melhor tecnologia e da melhor utilização dos recursos naturais e do capital (JAGUARIBE, 1969).

Como ideia, se distingue e de certo modo se opõe a ideia ilustrada de progresso. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicitação de virtualização preexistente no processo histórico-social. Essas virtualidades são os modos de exercício da racionalidade. O processo do desenvolvimento, em termos reais, é o processo histórico-social mesmo enquanto se encaminha para sua crescente racionalização (JAGUARIBE, 1969).

O desenvolvimento econômico, está dividido em cinco fases a primeira é a sociedade tradicional seno aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico. Newton é aqui tomado como o símbolo daquele divisor de águas da história após o qual os homens

passaram a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava a umas quantas leis cognoscíveis e que era suscetível de manipulação produtiva sistemática. O fato central, contudo, no que toca a sociedade, tradicional, era que existia um teto no nível alcançável do volume da produção per capita. Surgiram diversos graus de manufatura: porém, como na agricultura, o nível da produtividade foi limitado pela existência da ciência moderna, assim como suas aplicações e da atitude mental que cria (ROSTOW, 1974).

A segunda etapa do desenvolvimento inclui sociedades em pleno processo de transição; isto é, o período em que as precondições para o arranco se estabelecem, posto que leva tempo para transformar uma sociedade tradicional de molde a poder ela explorar os frutos da ciência moderna, para afastar os rendimentos decrescente e, assim, desfrutar as bênçãos e opções abertas pela acumulação dos juros compostos (ROSTOW, 1974). As precondições para o arranco se desenvolveram pela primeira vez, de forma bem acentuada na Europa ocidental do fim do XVII e do início do século XVIII, à medida que as concepções da ciência moderna principiaram a se converter em novas funções de produção, tanto da agricultura tanto da indústria num ambiente dinamizado pela exploração paralela dos mercados mundiais e pela concorrência internacional por estes (ROSTOW, 1974).

No arranco é as forças que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna dilatam-se e conseguem dominar a sociedade, o incentivo próximo para o arranco foi principalmente tecnológico. Mas no geral, o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo preparado para encerrar a modernização da economia como assunto sério e do mas evado teor político, devido a transformação a partir daí pode se manter um ritmo constante de desenvolvimento (ROSTOW, 1974).

Ainda conforme o mesmo autor, após o arranco, segue-se um longo intervalo de progresso continuado, embora flutuante, à medida que a economia agora em firme ascensão procura estender a tecnologia moderna a toda a frente de sua atividade econômica, uns 40 anos após o término atinge-se o que se chama maturidade. Chegou-se na era do consumo em massa, em que, no devido tempo, os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços.

A proporção que as sociedades atingiram a maturidade no século XX duas coisas aconteceram: a renda real por pessoa elevou-se ao ponto que um maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário; e a estrutura da força do trabalho modificou-se de maneira tal que não só aumentou a produção da população urbana em relação à total, mas de trabalhadores em escritórios ou como operário especializado conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida. Uma etapa nova do desenvolvimento fundamentada em crianças, para suceder à dos bens duráveis de consumo: como diria os economistas a relação elasticidade renda da procura de filhos também varie e uma sociedade pra outra (ROSTOW, 1974).

O processo de desenvolvimento, portanto é o processo histórico-social mesmo enquanto objetivamente se encaminha para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de determinada comunidade enquanto se oriente realmente para sua crescente racionalização, tal racionalização persiste, quer se trate de desenvolvimento espontâneo, quer de desenvolvimento programado (JAGUARIBE, 1969). “O desenvolvimento, é um processo social global, só por facilidade metodológica, ou em sentido parcial, se podendo falar de desenvolvimento econômico, político, cultural e social” (JAGUARIBE, 1969, p.15).

Uma forma mais impressionista do que analítica, as etapas de desenvolvimento que se pode distinguir logo que sociedade tradicional comece a modernizar-se, possuem elas uma lógica e uma continuidade interiores; tem um arcabouço analítico; enrizado numa teoria dinâmica da produção (ROSTOW, 1974).

3.1.1 Crescimento e desenvolvimento

Há uma diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, o crescimento econômico é mais fácil de ser atingido, ele pode ser definido como a melhora dos indicadores quantitativos da economia. O crescimento ocorre em momentos de aumento do consumo e produção de bens e serviços, esse aumento pode ser mensurado através de indicadores financeiros, como o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB). Através do aumento da renda, a redução do desemprego, e o aumento do consumo (REIS, 2018).

Já o desenvolvimento econômico, é um conceito mais abrangente, pois não há desenvolvimento sem o crescimento. Porém nem sempre que há um crescimento existe um desenvolvimento. O desenvolvimento vem seguido de alguns indicadores de melhorias do bem estar da população como, a distribuição de renda, a expectativa de vida e a segurança de grau de liberdade econômica (REIS, 2018).

A ideia é de que o crescimento econômico, distribuído diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico, com tudo a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população (SOUZA, 2007, p.5).

O trajeto da miséria para níveis médios de riquezas pode ter sido alcançado com políticas que excluam parte considerável da população dos benefícios do crescimento. No entanto, a teoria atual demonstrou que a decolagem deste nível médio para um crescimento satisfatório requer políticas sociais ativas (FEIJÓ, 2007).

No Brasil, na época do milagre econômico (1969 a 1973) dizia-se que era preciso deixar o bolo da riqueza crescer para depois reparti-lo. A piora na distribuição de renda pode ocorrer em situações específicas, como efeito de políticas arrocho salarial, associadas a iniciativas que visam o crescimento econômico (estímulos a setores específicos da economia, afrouxamento do crescimento ...). A má distribuição de renda não é eficiente para o crescimento econômico sustentado, pelo contrário os problemas sociais só atrasam o crescimento econômico (FEIJÓ, 2007, p. 45).

3.1.2 Os primeiros teóricos de desenvolvimento e crescimento

Segundo Adam Smith, ao contrário dos mercantilistas e fisiocratas, que consideravam os metais preciosos e a terra como os principais fatores de riqueza nacional, o elemento essencial do aumento dessa riqueza é o trabalho produtivo. O volume de produto obtido por trabalhador, em um dado período de tempo, depende da intensidade do capital, da tecnologia da divisão do trabalho, possibilitada pelo aumento da dimensão dos mercados (SOUZA, 2007).

Com a teoria do valor trabalho, Adam Smith restabeleceu o importante papel da indústria no desenvolvimento das forças produtivas. É a indústria que gera economias de escala e rendimentos crescentes, neutralizadores dos rendimentos

decrecentes da agricultura, que depende da fertilidade do solo e das condições climáticas. Com essa visão, ele escreveu a sua principal obra e estabeleceu os princípios da economia política justamente quando transcorriam as primeiras fases da revolução industrial na Inglaterra e quando se consolidava o capitalismo industrial moderno. Adam Smith defendeu a parcimônia porque aumentava o estoque do capital financeiro mesmo entendendo que mais gastos expandem a renda e o emprego. No sistema de Adam Smith o conhecimento dos fatores que regem a acumulação de capital tem importância fundamental no desenvolvimento econômico (SOUZA, 2007).

O conflito distributivo realiza-se na órbita do capital e do trabalho, com a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. O processo de crescimento capitalista, na visão de Marx, ocorre com o desemprego crescente de trabalhadores e concentração de renda e de riqueza. Marx construiu sua análise com base na teoria do valor trabalho, esboçada por Petty e desenvolvida por Adam Smith, segundo a qual a quantidade de trabalho incorporada a um bem constitui a base de seu valor de troca. Marx referenciou valor quantitativo do valor qualitativo. O que prevalece para Marx é o valor de troca, pois o valor de uso “representa diretamente uma relação social”. A interação entre as técnicas de produção e a organização econômica da sociedade constitui o que Marx denominou relações de produção (SOUZA, 2007, p. 80).

Estas compreendem a organização do trabalho, suas qualificações, conhecimentos, processos e o estado geral da técnica. O relacionamento entre capitalistas e trabalhadores caracteriza uma relação social. Evolução e crescimento são fenômenos de desequilíbrio. As contradições do capitalismo materializadas na tendência a queda da taxa de lucro, à medida que a acumulação avança, para origem, na visão de Marx, a um novo sistema: o socialismo, situação de certo modo semelhante à da economia o bem estar no estado estacionário de Stuart Mill e que Schumpeter também vislumbrou. A visão de Marx da economia no longo prazo era extremamente pessimista, pois tanto a taxa de lucro se retrai com o tempo, como aumenta o número de trabalhadores desempregados (MARX, 1890 *apud* SOUZA, 2007).

Segundo Ricardo *apud* Souza (2007) ocupou se tanto da formação da riqueza nacional, como de sua distribuição entre capitalistas, trabalhadores e proprietários

de terras. Segundo ele o grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para o consumo dos trabalhadores; isso eleva os salários nominais e os fundos de salários, necessários para adquirir meios de produção e aumentar o nível do produto na verdade, a grande preocupação de Ricardo era determinar as leis que regula a distribuição do produto entre proprietários capitalistas e trabalhadores, na forma de renda, lucro e salário. Essa distribuição depende, sobretudo, da fertilidade do solo, da acumulação de capital e do crescimento demográfico, bem como “da habilidade, engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura!”. Essa seria a principal questão da Economia Política. A função de produção ricardiana apresenta uma diferença fundamental em relação a de Adam Smith, pois incorpora a hipótese de que o volume da produção está sujeito a produtividade marginal decrescente (SOUZA, 2007).

Os capitalistas desempenham papel fundamental no desenvolvimento, ao arrendar terras para produzir alimentos e contratar trabalhadores produtivos. Para ele, as condições de produção na agricultura são fundamentais, porque a taxa de salário e taxa de lucro prevalentes no setor se refletem no resto da economia (RICARDO, 1982 *apud* SOUZA, 2007, p.66).

Na visão de Marx o conflito distributivo realiza-se na órbita do capital e do trabalho, com a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. O processo de crescimento capitalista, na visão de Marx, ocorre com desemprego crescente de trabalhadores e concentração de renda e riqueza. Marx construiu sua análise com base na teoria do valor trabalho, segundo o qual a quantidade de trabalho incorporado em um bem constitui a base de seu valor de troca (SOUZA, 2007, p.80).

A acumulação de capital, motor do crescimento econômico, piora a situação dos trabalhadores e não se traduz em desenvolvimento. Em outras palavras, o número de trabalhadores aumenta rapidamente mais que o capital adicional, sempre crescente, absorver de excedente populacional. Na conclusão de Marx a acumulação de capital tende a piorar a situação da classe trabalhadora: O subdesenvolvimento aparece como produto de crescimento econômico no interior de um mesmo país (SOUZA, 2007, p.81).

O principal fator de crescimento demográfico seria a disponibilidade de alimentos, mas existem outros estímulos, como a importação de alimentos mais baratos; a lei dos pobres; (lei a qual as paróquias deveriam alimentar os pobres), casamentos precoces; (estimulados pelos nobres, para aumentar a oferta de

soldado) e o aumento dos “vícios”; (promiscuidade e prostituição). A lei dos pobres combatida por Malthus, inibia o freio “falta de alimento”, ele considerava essa lei como uma medida paliativa de caráter filantrópico e transitório (SOUZA, 2007).

Malthus diz que se os investimentos e a contratação de trabalhadores produtivos permitirem uma produção dobrada de todos os bens e serviços, as quantidades demandadas não irão variar na mesma proporção, uma vez que “a demanda se determina pelo valor e a oferta pela quantidade (SOUZA, 2007).

Na concepção de Malthus, o que estimula a acumulação é o aumento anterior do valor. A riqueza nacional cresce pela existência de fatores de oferta e de demanda agindo simultaneamente. Essa interação é importante no processo de desenvolvimento econômico, o que afeta os preços, já as inovações tecnológicas neutralizam em parte os rendimentos decrescentes na agricultura; porém, o aumento da produção só será viável se houver demanda com poder de compra (SOUZA, 2007).

Enquanto os economistas neoclássicos preocupavam-se com a alocação eficiente dos recursos no nível microeconômico, Keynes centrou sua análise na abordagem macroeconômica do pleno emprego, nos fatores do crescimento do investimento e nos seus impactos sobre a renda e o emprego, em sua teoria geral, (1936) ele partiu da crítica aos postulados da economia clássica, combateu a lei de Say e centrou a análise no princípio da demanda efetiva. Para Keynes além do desemprego natural também existia o desemprego voluntario e o involuntário (SOUZA, 2007).

Os modelos de inspiração keynesiana tem uma preocupação de manter um crescimento persistente sem inflação. A suposição implícita nesses modelos é a de que a expansão continua dos investimentos torna se necessária para manter o aumento da renda e do emprego, tendo em vista o crescimento demográfico. O objetivo é determinar a taxa de crescimento econômico compatível com o pleno emprego, em uma economia desenvolvida em expansão (SOUZA, 2007).

Desenvolvimento na visão Schumpeteriana é descrita por um sistema circular de equilíbrio, com lucros normais. O desenvolvimento econômico se define como uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação de equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

O desenvolvimento econômico Schumpeteriano traduz-se por mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas do fluxo circular, alterando sua estrutura e as condições de equilíbrio original. A teoria Scumpeteriana é a mais adequada para países com elevado estoque de empresários, com disponibilidade de capitais emprestáveis e com grandes possibilidades de criar novas tecnologias (SOUZA, 2007, p. 138).

Como pode-se ver existem diferentes ideias a respeito do desenvolvimento econômico, no entanto todas divergem para o fato de que o país deve atingir o crescimento da renda (PIB) e do consumo, bem como o avanço de aspectos qualitativos do bem estar da população (SOUZA, 2007).

3.2 NEODESENVOLVIMENTISMO E EVOLUCIONISTAS

No Brasil e na América Latina, o modelo desenvolvimentista passou a se constituir, lentamente, a partir da década de 1930. No caso brasileiro, o chamado nacional desenvolvimentismo pode ser definido como um processo de industrialização dirigido pelo Estado por meio do modelo de substituição de importações, o qual tinha por suporte a proteção do mercado interno e a vigorosa intervenção governamental no setor de infraestrutura e na produção de insumos básicos (SOUZA, 2008 *apud* BRESSER-PEREIRA, 2010).

O neodesenvolvimentismo se manifesta perante a crise neoliberal, iniciada nos anos 2000. É uma crise econômica e política, que se desdobra em inúmeras crises. O neodesenvolvimentismo surge como uma ideologia no Brasil com as formulações de Bresser Pereira, então ministro de Fernando Henrique Cardoso. Constituído sob as bases da teoria da CEPAL, o neodesenvolvimentismo tem seu arcabouço teórico baseado na avaliação dos equívocos do nacional desenvolvimentismo (GONÇALVES, 2012 *apud* MOURA, 2015).

Torna-se o vetor “crítico” do Consenso de Washington, sendo que a sua diretriz estratégica é o crescimento econômico com menor desigualdade, maior eficiência das instituições do governo e maior eficiência dos mercados em que o foco são as políticas macroeconômicas. Não se trata de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos de 1960, “mas de uma defesa de um

desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social” (MOTA, 2010, p. 155 *apud* MOURA, 2015).

A questão principal, colocada pelo neodesenvolvimentismo, é que para ter uma economia de mercado forte é necessária a presença de um Estado forte atuando/regulando o mercado, as atividades econômicas. Para os neodesenvolvimentistas a redução das desigualdades sociais passa pelo “1. Controle de capital; 2. Expansão do gasto público; 3. Câmbio fixo e redução das taxas de juros e; 4. A promoção da equidade social” (CASTELO, 2010 *apud* SOUZA, 2007, 194).

3.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De maneira geral pode-se dizer que, indicadores podem ser utilizados para as mais diversas finalidades, entre os quais diagnosticar as condições de desenvolvimento social ou setorial, trazer informações sobre os problemas sociais ou crises potenciais, subsidiar planos e decisões políticas e até mesmo avaliar metas e estratégias globais/setoriais. Os indicadores podem ter a função de informar ou avaliar, normativa e decisória, uma vez que servem de referência para a implementação de objetivos, metas e estratégias. Se por um lado, indicadores podem ser utilizados para controlar políticas, por outro lado a política também pode utilizar indicadores para aumentar os mecanismos de controle (SIEDENBERG, 2003).

Os indicadores de desenvolvimento socioeconômico estão relacionados aos aspectos operacionais ou questões estatísticas. Não podem ser entendidos como um fim em si mesmo; na melhor das hipóteses, como instrumentos analíticos auxiliares, úteis para sistematizar e representar uma realidade muito complexa (FEIJÓ, 2007).

Deve-se considerar, porém, que o uso de indicadores de desenvolvimento para quantificar disparidades socioeconômicas não deve redundar em análises críticas, nas quais o objetivo é apenas explicitar a quantificação. Indicadores são instrumentos auxiliares de análises e só têm sentido quando vinculados a teorias e métodos que lhes dão fundamento. Além disso, cabe lembrar que nem tudo que é importante é mensurável. Por isso, a mensuração do desenvolvimento

socioeconômico de um país, região ou município por meio de indicadores pode complementar e subsidiar empiricamente um trabalho, mas jamais poderá substituir a análise qualitativa. Em suma, indicadores de desenvolvimento socioeconômico nada mais são do que medidas estatísticas representativas de um recorte da realidade que têm sentido somente quando se inserem num contexto teórico metodológico que lhe empresta o respectivo significado. Além disso, deve-se considerar ainda que são parciais e substituíveis, o que confere às análises a possibilidade da distorção ou manipulação da realidade (FEIJÓ, 2007).

É necessário considerar que indicadores de desenvolvimento não têm apenas uma única função básica – a função informativa. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico também podem ter uma função avaliativa, normativa ou decisória (SIEDENBERG, 2003). A desigualdade social é a diferença existente entre as diferentes classes sociais levando-se em conta fatores econômicos, educacionais e culturais. Esta seção tem por objetivo trazer as informações sobre os principais fatores que explicam a desigualdade social no mundo e em diferentes países. A desigualdade social é oriunda de processos racionais na sociedade ela condiciona, limita ou prejudica o estado ou a classe social de uma pessoa ou um grupo e, conseqüentemente, interfere em requisitos primários para a qualidade de vida. Esses aspectos abrangem liberdade de expressão, de escola, satisfação no trabalho e acesso a direitos básicos como voto, saúde, educação, habitação e saneamento básico (NASCIMENTO, 2020).

A desigualdade social pode surgir por meio da compreensão coletiva dos papéis no extrato social, pelo predomínio de estereótipos, práticas racistas ou esquisitas. Por este motivo os grupos mais vulneráveis a elas são pessoas de baixa renda, menor nível de educação e integrante de melhoria historicamente negligenciadas (negros, mulheres, índios, ciganos e imigrantes). Embora a desigualdade social seja diferente da economia, as duas estão intimamente relacionadas se as divisões econômicas endurecem a desigualdade social acentua. Além disso, ela também pode ser estabelecida por meio de legislação discriminatória e a partir do modo como as pessoas se comportam em sociedade (NASCIMENTO, 2020).

3.3.1 Desigualdade social

A desigualdade pode ser dividida em três tipos principais: a econômica, social e política. Cada grupo reforça a composição e a característica do outro, logo, eles estão intimamente relacionados e se auto perpetuam (NASCIMENTO, 2020).

Devido à má distribuição de renda, a desigualdade pode ser observada na favelização, pobreza, miséria, desemprego, desnutrição, marginalização e na violência. O Brasil está entre os dez países do mundo com o maior PIB, sendo que é o oitavo com o maior índice de desigualdade social e econômica do mundo. Apesar de há alguns anos ser considerada a oitava potência econômica do mundo por outro lado, tem-se um dos maiores índices de desigualdade (BEZERRA, 2022).

Com o desenvolvimento ocorrido no Brasil, só aumentou os índices de miséria, entre diferentes classes sociais com isso dificultou-se o acesso à educação, saúde, criando uma grande concentração de renda e aumentando o desemprego, aumentando a fome e a miséria que atinge milhões de brasileiros, situação que não se pode deixar em segundo plano. Como dizem, o problema não é a falta de dinheiro para muitos, e sim o excesso na mão de poucos (BEZERRA, 2022).

O fenômeno da desigualdade social é marcado principalmente pela desigualdade econômica gerada pela concentração de renda, essa concentração de renda gera um desequilíbrio no modo de vida nos grupos e nas classes que compõem a sociedade. Pois alguns grupos possuem o total acesso a seus direitos e a uma vida digna, entretanto há outros grupos excluídos que não conseguem ter este acesso facilmente (MENEZES, 2020). Há uma grande população que tende gradativamente a miséria, devido ao fato de não ter as condições e matérias que garantam a sua própria existência. Essa distinção que ocorre reflete e um padrão próprio que se evidencia principalmente na diferença de acesso aos direitos fundamentais como alimentação, saúde, segurança, moradia e educação. Para o filósofo Adam Smith a desigualdade social faz parte da natureza humana e da forma como os indivíduos se organizam na sociedade, para os pensadores marxistas influenciados por Karl Marx a desigualdade social é resultado de um processo histórico baseado na exploração de um grupo social por outro (MENEZES, 2020).

3.3.2 Pobreza, miséria e subdesenvolvimento

Um dos principais indicadores de desenvolvimento é o número de pessoas pobres, com renda insuficiente para o atendimento das necessidades básicas. Este indicador afeta o crescimento do setor de mercado interno, pois sua dimensão depende tanto do tamanho da população, como de seu poder aquisitivo. Esse setor amplia-se, portanto, com a redução da pobreza. O Banco Mundial estima que a população miserável tenha chegado a 1,5 bilhão de pessoas em 2003, enquanto em 1990 o número não passava de 1,3 bilhão. Levando em conta uma renda de até dois dólares por dia, chega-se a uma população em todo o mundo de 3 bilhões de pessoas, ou seja, a metade da população mundial. O crescimento da pobreza e do grau de desigualdade social agrava-se com as crises econômicas (BANCO MUNDIAL, 2003 *apud* SOUZA, 2007).

A renda per capita é uma média e no interior de cada país existe um contingente apreciável de pessoas sem rendimentos, ou que percebem renda extremamente baixa. Desse modo, o nível de miséria no mundo apresenta-se ainda maior computando o número de pessoas miseráveis que vivem abaixo da linha de pobreza e todos os países são os socialmente marginalizados ou os desempregados que não recebem salário desemprego. O padrão de vida das pessoas mais pobres vem se agravando, isso devido a expansão demográfica que acelera o crescimento do desemprego e atrasa a acumulação de capital, e outras coisas a demora do crescimento econômico mundial. Desse modo a população carente se forma tanto nos países mais pobres como nas economias de renda média (SOUZA, 2007, p. 9).

Assim, aumentam as epidemias e os indicadores de criminalidade, empobrecimento, desnutrição e evasão escolar, questiona-se o que fazem para aumentar a taxa de crescimento das economias mais pobres e melhorar os indicadores de desenvolvimento principalmente porque o grande contingente demográfico das nações mais pobres deverá expandir se consideravelmente na próxima década. Estimativas do banco mundial dão conta de que a população dos países de baixa renda passara dos 3,1 bilhões de 1993 para 5 bilhões no ano de 2025. O crescimento demográfico nos países de renda média também será expressivo, com mais 725 milhões nesse período, contra apenas 96 milhões de pessoas nos países ricos (BANCO MUNDIAL, 1995 *apud* SOUZA, 2007, p. 10).

Cabe ao estado o papel essencial na organização do esforço de desenvolvimento: regulação do crédito, implantação da infraestrutura básica, oferta dos serviços sociais básicos, como saúde, educação e segurança (SOUZA, 2007).

São consideradas pessoas pobres aquelas famílias que têm renda familiar apenas para atender as necessidades básicas (alimentação, moradia, vestuário, educação, transporte, saúde e lazer) já as famílias que pertencem a população miserável são aquelas cujo a renda familiar cobre apenas a alimentação. No Brasil o salário mínimo serve para definir a linha de pobreza, e o valor da cesta básica que é inferior ao salário mínimo, para a linha da miséria. O grau de pobreza no Brasil é mais elevado do que o de países com renda per capita similar (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000, p. 126); da mesma forma, comparações com índice de Gini mostram que as desigualdades entre as classes sociais no Brasil estão entre as maiores do mundo (SOUZA, 2007).

3.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

O Brasil é a nona maior economia do planeta, com fantásticos ativos naturais, uma base industrial diversa, grande setor agropecuário, amplos setores de serviços e comércio; um Estado complexo, com grandes empresas públicas e um robusto sistema de proteção social; diversidade cultural e grande capacidade criativa; um povo que olha o futuro com otimismo, disposto a trabalhar para antecipá-lo, aproximando-o do presente. Ao mesmo tempo, a desigualdade e a pobreza formam um precipício que afasta da condição histórica de fazer desses ativos elementos do bem-estar coletivo, com qualidade de vida para todos e com o urgente equilíbrio ambiental (LUCIO, 2015).

O processo de desenvolvimento, se concentravam quase exclusivamente do lado da oferta os economistas clássicos ortodoxos, com J. S. MILL, ou heterodoxos, como Marx, pretenderam identificar nele fatores e autolimitação. Mill deixou-se impressionar por uma suposta tendência a baixa da taxa de lucro decorrência necessária de um provável excesso de oferta de capital; Marx preocupou-se principalmente com o crescimento mais que proporcional do capital constante (que não criaria valor) e com a tendência a concentração da riqueza engendrada pela concorrência e pelas inovações tecnológicas, o que acarretaria a persistência do exército e reserva de trabalhadores e a exclusão da classe trabalhadora dos benefícios do desenvolvimento tanto J. S. Mill como Marx fizeram referência explicitas aos fatores que, em sua época, exercitam efeitos compensatórios,

anulando as tendências básicas. Com tudo, elas eram apresentadas como intrínsecas ao sistema, sendo, portanto, de admitir que viessem a prevalecer a longo prazo (FURTADO, 2003 *apud* SOUZA, 2007).

A estrutura da economia brasileira não pode abrir mão da reindustrialização como fator de desenvolvimento. Não se trata de incentivá-la em detrimento dos demais macro setores e, o complexo agro mineral e os serviços, mas de intensificar a integração entre os três aproveitando e agregando sinergias. Como fator de estímulo e experiência vale lembrar que os grandes saltos na economia ocorreram como respostas às crises de 1930, foi que se deu o início a industrialização, dada a derrocada do café (SOUZA, 2007).

Desenvolvimento econômico é definido como a melhora do bem estar geral da população indicado pela elevação dos indicadores quantitativos da economia tais como o PIB, e também esperado um avanço de indicativos qualitativos a respeito da qualidade de vida da população. Desenvolvimento abrange o crescimento econômico, ou seja, não há desenvolvimento sem o crescimento porém nem sempre que há crescimento pode ser considerado que existiu o desenvolvimento. Como visto o desenvolvimento deve ser acompanhado também de melhorias nos indicadores de bem estar da população: Algum destes indicadores são: distribuição de renda expectativa de vida, segurança e grau de liberdade econômica (SOUZA, 2007).

Não existe, até hoje, um consenso sobre como atingir o desenvolvimento da economia. No entanto, existem teorias que são mais aceitas. É importante ressaltar, no entanto, que essas teorias representam correntes de pensamentos. E ainda que muitas dessas teorias variam de acordo com a época que foram produzidas. Diante disso, as principais correntes atuais na teoria do desenvolvimento da economia, a primeira deriva da teoria clássica, e as suas variações tais como a teoria neoclássica e o neoliberalismo (SOUZA, 2007).

O desenvolvimento se daria principalmente, através do aumento da produtividade dos fatores de produção, isto é, através do avanço da tecnologia, que permitirá uma maior produção com menor uso do tempo e do trabalho. A outra corrente do desenvolvimento econômico deriva de ideias do keynesianismo. As pessoas que suportam esta corrente acreditam que o estado deve ter um maior papel como indutor do crescimento econômico. Principalmente de acordo com

Keynes o estado deveria atuar com políticas anticíclicas em momentos de crises. Como aumentar a demanda agregada para frear o desemprego (SOUZA, 2007).

3.4.1 Principais programas sociais

Principais programas sociais que temos no Brasil hoje em dia são o Auxílio Brasil, o Auxílio Emergencial, o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Pronaf, estes benefícios sociais são de extrema importância para a economia, uma vez que estes ajudam e possibilitam a população necessitada a ter uma condição de vida mais digna.

Programa social consiste em uma ação governamental no sentido de trazer melhorias à condição material relacionada à população. Assim, um programa deste tipo atua em lacunas deixadas no campo social, causadas devido ao sistema econômico ou a falta de ação do governo. Uma política voltada à sociedade pode ocorrer em momento de crises causadas por guerras e desastres naturais colapsos no sistema financeiro ou de manutenção do bem estar social (ARAÚJO, 2021).

Após a grande crise de 1929, posterior depressão econômica nos Estados Unidos, foi necessário um programa social para estabilização da sociedade, este conjunto de medidas foi integrado por diversas intervenções do Estado que ficaram conhecidas como New Deal. Na época, o presidente Franklin Roosevelt afirmou que, caso fosse necessário, ele pagaria para que cidadãos abrissem e fechassem buracos como forma de acabar com o desemprego e aquecer a economia. Ainda com a crise de 29 em escala global, países como Brasil e Argentina tiveram que aplicar programas sociais como medidas de contenção dos danos econômicos. Ambos optaram pela intervenção do Estado economia com a criação dos parques industriais nacionais e, o intuito de garantir a estabilidade da classe trabalhadora, a promulgação de leis trabalhistas (ARAÚJO, 2021).

As políticas sociais no Brasil nem sempre representam mero auxílio emergencial paternalista. A casos de iniciativas que têm contribuído para o desenvolvimento do potencial produtivo das pessoas mais pobres. Programas públicos de treinamento para uma ocupação de trabalho aliam-se a importantes ações com vista a estimular, via crédito subsidiado, o potencial produtivo: desde o microcrédito urbano até o crédito rural ao agricultor familiar. Neste último caso, destaca-se o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), que a mais de dez anos vem apoiando o pequeno agricultor familiar com crédito subsidiado de custeio e de investimento, com ações em infraestrutura, programa de treinamento e de capacitação, ações específicas para jovens e mulheres

que trabalham no campo e outros benefícios. Hoje em dia, o PRONAF desembolsa anualmente mais de cinco bilhões de reais em créditos, apoia milhões de trabalhadores rurais e constitui um exemplo de intervenção bem sucedida para o desenvolvimento do pobre rural (FEIJÓ, 2007, p. 77).

Quadro 1: Os principais programas sociais

Auxílio Brasil	O Auxílio Brasil é um programa de transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Criado em (2003).
Auxílio Emergencial	Auxílio Emergencial, também chamado de Caixa Auxílio Emergencial ou coronavoucher, foi um programa do governo federal brasileiro de renda mínima aos mais vulneráveis durante a pandemia de COVID-19. O objetivo do auxílio financeiro foi mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de COVID-19 no Brasil. Criado em (2020).
Bolsa Família	Programa substituído pelo Auxílio Brasil desde novembro de 2021. As famílias atendidas pelo programa recebem um benefício mensal em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal, e devem cumprir alguns compromissos que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Virou lei em (2004).
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Benefício a prestação continuada , é garantir um salário mínimo mensal ao Idoso com 65 ano ou mais e a pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção , nem de tê-la provida por sua Família é necessário que seja comprovado critérios de baixa renda por grupo familiar. Criado em (1993).
Pronaf	Pronaf Custeio você pode adquirir sementes, fertilizantes, defensivos, vacinas , ração e outros itens necessários para o dia, a dia da sua Produção, seja ela agrícola ou pecuária agricultura familiar. Criado (1996).

O Pronaf apresenta uma organização e uma história que pode servir de modelo a outros programas de intervenção pública para combater a pobreza. A primeira lição desse programa é o exemplo de política que se consolida como política de estado, sendo que a iniciativa se manteve com um mínimo de mudanças em sua forma de organização, o programa é descentralizado. A própria constituição federal de 1988 é extremamente descentralizadora e reconhece a importância de se respeitar a Federação e o protagonismo dos Estados e municípios para efeito das ações sociais do governo central. Assim como o Pronaf, o Bolsa família também

conta com a participação dos entes Federados. A parceria do estado e municípios permite a unificação dos cadastros do público do bolsa família (FEIJÓ, 2007).

Durante a crise pandêmica causada pela Covid-19, em 2020 o governo brasileiro apresentou um programa chamado Auxílio Emergencial, que atendeu à população por meio de uma ajuda de R\$ 600,00 para pessoas desempregadas e R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família. O programa teve sua efetividade até o final daquele ano, sendo cortado em 2021, em um momento crítico da pandemia. Após pressão de diversos setores contra o ministro da economia Paulo Guedes, o auxílio retornou, mas desta vez apresentando valores muito abaixo do esperado pela população. As novas quantias variavam entre R\$ 150,00 e R\$ 350,00 consideradas insuficientes devido à crise econômica que causou a alta do preço dos itens de alimentação básicos. Naquele momento ficou evidente a diferença do enfrentamento da crise entre as nações com Estado atuante e os países neoliberais com baixa intervenção estatal e programas sociais deficitários. Os primeiros conseguiram mitigar os efeitos da pandemia de forma mais rápida e efetiva. Já os segundos tiveram os maiores índices de mortalidade e crise econômica (ARAÚJO, 2021).

3.5 TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

O subdesenvolvimento pode ser definido por crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico. Os índices sociais e ambientais mostram-se desfavoráveis, quando comparados com os mesmos índices de países mais desenvolvidos. O crescimento das despesas com pessoal e com pagamento da dívida pública diminuiu ainda mais o investimento governamental, piorando de maneira cumulativa a oferta de infra estruturas, como estradas, energia, saneamento básico, educação e segurança. Dessa maneira aumenta cada vez mais a quantidade de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, concomitante com a industrialização e a modernização da agricultura (SOUZA, 2007).

Após a segunda guerra mundial, as nações unidas criaram a comissão econômica para a América latina e caribe (CEPAL), para contribuir com o desenvolvimento da região. Os governos latino americanos desejavam que os EUA estendessem este plano, os primeiros trabalhos da CEPAL procuravam diagnosticar os problemas de cada país em particular, objetivando detectar os obstáculos ao

desenvolvimento econômico. O ponto de partida da análise de Prebisch foi a crítica a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, desse modo a América Latina produzia alimentos e matérias primas para a exploração e importaria produtos manufaturados (SOUZA, 2007).

Prebisch *apud* Souza (2007) dizia que os países ricos poderiam ajudar os países periféricos a combater a própria depressão. Essa análise mostra a impossibilidade da transferência do progresso técnico para os países subdesenvolvidos. De acordo com o autor, a industrialização seria efetuada mediante substituição de importações, pela existência de mercados constituídos para produtos específicos até então importado de países ricos. A ordem vigente até então induzia os países subdesenvolvidos a produzir bens primários, pois se considerava que as vantagens comparativas e o livre comércio, levariam estes países ao desenvolvimento.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se a análise e discussão dos resultados, dividido em seções. Na primeira, é abordada a percepção da desigualdade social no Brasil e no Rio Grande do Sul no referido período. Em seguida, analisa-se a desigualdade e o crescimento econômico de um modo geral. Após discute-se, em perspectiva comparadas, os dados macroeconômicos do crescimento econômico. Ainda, na sequência aborda-se sobre a pandemia e as consequências desse período.

4.1 A DESIGUALDADE SOCIAL NO PERÍODO DE 2012 A 2021 NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A desigualdade social ultrapassa os limites da materialidade e se expressa em todas as esferas da vida humana. A convivência entre ricos e pobres é algo que está presente em toda a sociedade, a questão da riqueza, pobreza e desigualdade social está relacionada com a renda. A seguir apresenta-se a descrição da desigualdade social, inicialmente no Brasil e na sequência no Rio Grande do Sul.

4.1.1 Desigualdade social no Brasil

A desigualdade social é um processo existente dentro das relações da sociedade presente em todos os países do mundo. Faz parte das relações sociais, pois determina um lugar aos desiguais, seja por questões econômicas, de gênero, de cor, de crença, de círculo ou grupo social. Essa forma de desigualdade prejudica e limita o status social dessas pessoas, além de seu acesso a direitos básicos, como acesso à educação, saúde de qualidade, direito a propriedade, direito ao trabalho, a moradia ter boas condições de transporte e locomoção, entre outros (POLITIZE, 2017).

Diversos teóricos e pensadores buscam entender esse fenômeno, que assombra grande parte dos países do mundo até hoje. Boa parte deles, em suas teorias, culpa a existência da desigualdade social num vértice em comum: a concentração do dinheiro, ou seja, a má distribuição de renda. Sendo a

desigualdade social o fruto da concentração de dinheiro e poder a uma parte muito pequena da população, o que resta à grande parcela da sociedade é dividir o restante (POLITIZE, 2017).

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a concentração de renda aumentou em 2018 no país. Os dados mostram que o rendimento mensal dos 1% mais ricos do país é quase 34 vezes maior do que o rendimento da metade mais pobre da população (IBGE, 2019).

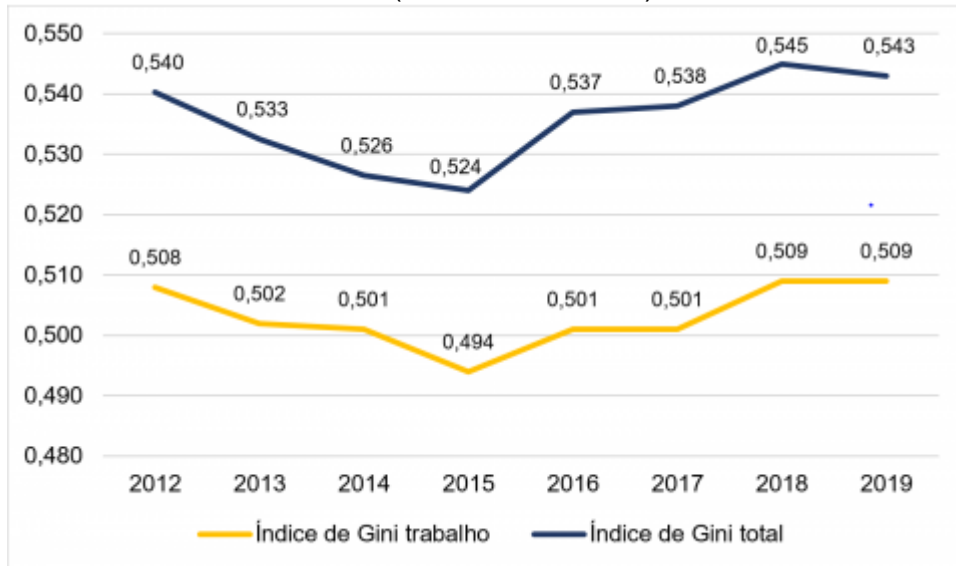
Ainda, que a renda dos 5% mais pobres caiu em 3%, enquanto a renda dos 1% mais ricos aumentou em 8%. O Índice de Gini instrumento utilizado para medir a desigualdade no Brasil voltou a subir. Em 2018, alcançou o número de 0,509. Vale lembrar que o índice varia de zero a um. Quanto mais próximo de um, pior é a distribuição de renda no país. A desigualdade é um problema sistêmico no Brasil e no mundo (IBGE, 2019).

O Brasil não é um país pobre, mas sim por outro lado é um país com uma quantidade elevada de pobres, isso tudo devido à grande desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades sejam elas de inclusão, social e econômica. Sendo que é grande o número de famílias que sobrevive com renda per capita inferior ao mínimo necessário para suprir suas necessidades básicas, ou seja, sobrevivendo abaixo da linha de pobreza. A pobreza está relacionada com dois fatores importantes a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes (SASSE, 2021).

O Brasil está entre os dez países mais desigual do mundo afirma o sociólogo Luís Henrique Paiva, coordenador de estudos em seguridade social do instituto de pesquisa econômica aplicada (Ipea). A publicação síntese de indicadores sociais divulgada pelo IBGE em 2020, trouxe estimativas do banco mundial com base no índice de Gini, instrumento criado pelo matemático italiano Conrado Gini para medir o grau de concentração de renda no grupo avaliado. A variação numérica é de zero a um, sendo zero quando todos tem a mesma renda e um representando o extremo oposto. Nesse ranking da desigualdade, o Brasil apresenta 0,539 pelo índice de Gini, com base em dados de 2018. Está enquadrado entre os dez países mais desiguais do mundo, sendo o único latino americano na lista onde figuram os africanos (SASSE, 2021).

A seguir na figura 1 consta o índice de Gini do rendimento do trabalho e dos rendimentos domiciliar per capita do Brasil, no período de 2012 a 2019.

Figura 1: Índice de Gini do rendimento do trabalho e do rendimento domiciliar per capita e do rendimento domiciliar (Brasil,2012-2019)

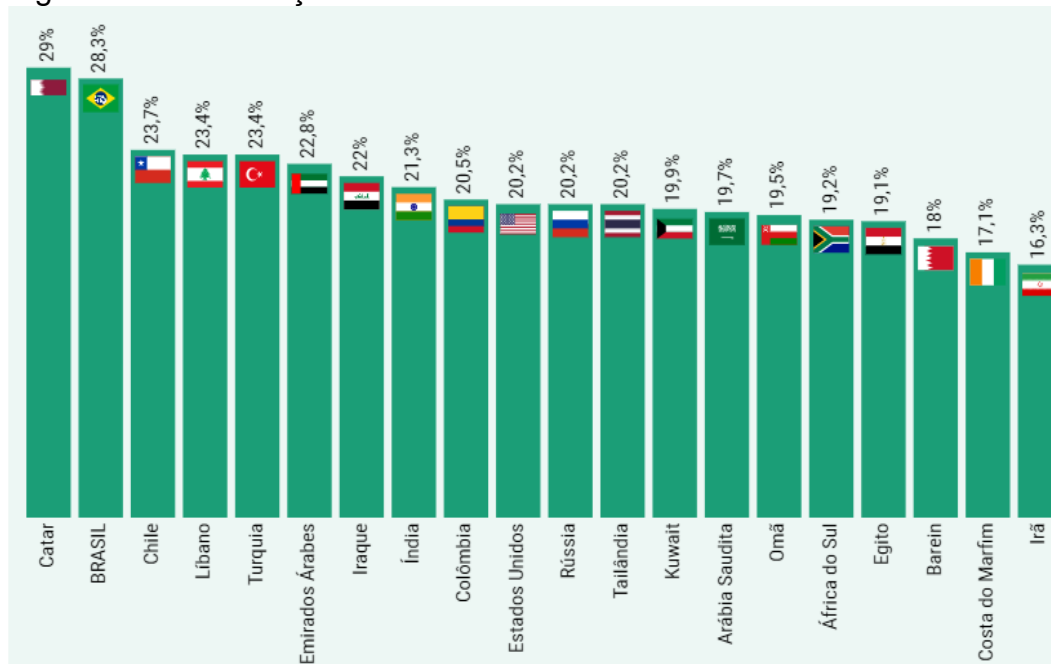


Fonte: Adaptado de PNAD Contínua no *site* do IBGE, 2012.

Pode se observar na figura 1 que a desigualdade dos rendimentos medida tanto para a renda média individual do trabalho, quanto para a renda total domiciliar per capita apresenta uma tendência a diminuição até o ano e 2015 e logo, após um crescimento para os anos seguintes, confirmando que o retrocesso da trajetória da desigualdade foi uma das consequências de políticas e reformas adotadas de caráter neoliberal no Brasil.

Logo em seguida na figura 2, pode-se observar a concentração de renda entre os Países.

Figura 2: Concentração de Renda

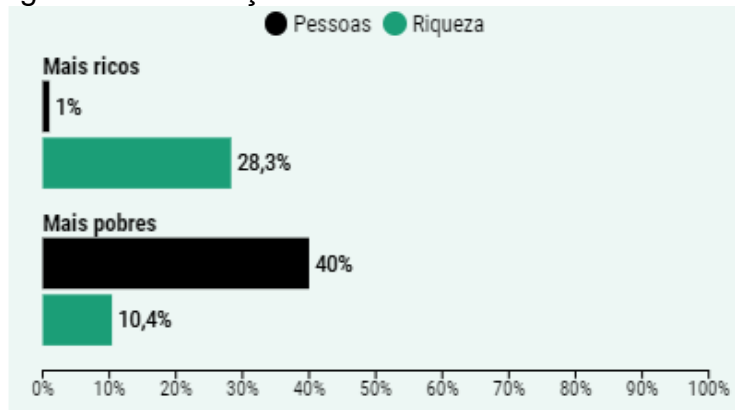


Fonte: Pnud (2019) apud Sasse (2021)

No levantamento comparativo com outras nações, o Brasil só perde pro Catar e ficando à frente do Chile, o terceiro colocado, com 23,7% da renda total. Nem a populosa Índia, com todos os problemas religiosos e étnicos, tinha uma concentração de renda tão elevada. Levando em consideração que todos estão em desenvolvimento com exceção os Estados Unidos (SASSE, 2021). Ao ampliar a faixa de 1% para os 10% dos brasileiros mais ricos, a participação na renda do país sobe para 41,9% do total. Ou seja, os outros 90% da população conseguem menos do que 60% da renda total, só para evidenciar o tamanho da disparidade (SASSE, 2021).

Na figura 3 podemos observa-se a distribuição de renda no Brasil entre os mais pobres e os mais ricos.

Figura 3: Distribuição da renda no Brasil



Fonte: IBGE, (2019).

O gráfico apresentado na figura 3 mostra a quantidade em porcentagem da distribuição da renda no Brasil, pode-se observar que 1% mais rico detém mais do que o dobro da renda dos 40% mais pobres. Nota-se que a renda maior que é de 28,3% pertence a minoria que é de 1% dos mais ricos, já a renda menor que é de 10,4% pertence a maioria que são os 40% do mais pobres. O Brasil está entre os dez países com o PIB mais alto, mas é o oitavo país com o maior índice de desenvolvimento social e econômico do mundo.

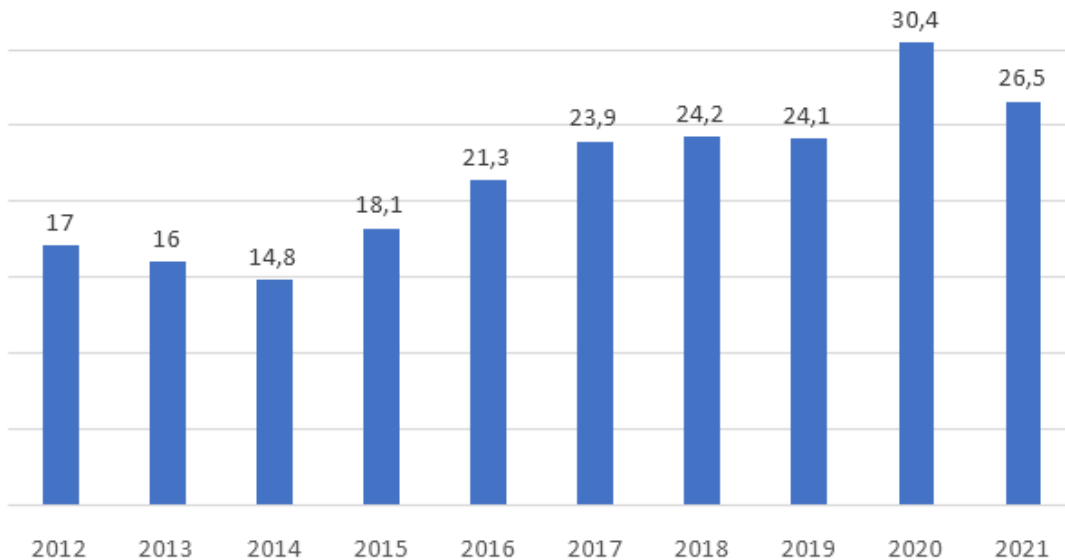
A desigualdade social no Brasil é um problema que afeta parte da população brasileira, embora que nos últimos anos ela deu uma pequena reduzida o que ainda não é o suficiente, algumas das regiões mais afetadas com a desigualdade e problemas sociais é o Norte e o Nordeste do país, estas regiões também são as que apresentam os piores IDHs (índice de desenvolvimento Humano) do Brasil. Isso tudo ocorre devido à falta de acesso à educação de qualidade, algumas políticas fiscais injustas, aos baixos salários e a total dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde, transporte público e saneamento básico, isso tudo ocorre devido à má distribuição de renda que acontece no Brasil. Pode ser observada no Brasil a desigualdade de renda pela Favelização, pobreza, miséria, desemprego, desnutrição, marginalização e a violência (BEZERRA, 2022).

Segundo o mesmo autor a favelização no Brasil é um processo muito comum que ocorre nos países em desenvolvimento, devido ao crescimento acelerado e desordenado isso tudo associado com os problemas de planejamento e má gestão dos espaços urbanos o que acaba resultando na segregação urbana, que é um reflexo da exclusão social.

As primeiras favelas brasileiras surgiram no século XIX, após abolição da escravidão, para que os escravos fossem segregados da população branca, os quais permaneceram em zonas de riscos perto de córregos e morros. Hoje o Brasil conta com 6.329 favelas em todo o país, sendo que 6% da população vivem em moradias irregulares. A favelização é um problema socioeconômico causado pela falta de crescimento econômico e pelo desemprego (BEZERRA, 2022).

Na figura 4 Observa-se a taxa composta de subutilização (trimestral de julho a setembro) do Brasil de 2012 a 2021.

Figura 4: Taxa composta de subutilização (trimestres de julho a setembro) Brasil – 2012 a 2021 (%)



Fonte: Pnad-Contínua/IBGE (2021)

Mesmo as pessoas quando estão empregadas, elas não conseguem trabalhar tudo aquilo que necessitam. Um dado que mensura tal problema é a chamada “taxa composta de subutilização”. Este número é a quantidade de trabalhadores “Subocupados por insuficiência de horas” + “desocupados” + “força de trabalho potencial” dividido pela força de trabalho ampliada do país. Como pode-se ver na figura 4, desde 2015 este número vem aumentando, chegando ao ápice em 2020 por conta da pandemia e da crise. Mesmo em 2021 já é a 2º maior proporção de subutilização da força de trabalho brasileira desde 2012, quando o IBGE começou a disponibilizar este dado (IBGE, 2021).

Na figura 5, observa-se o ranking da concentração de renda do Brasil em relação a outros países.

Figura 5: Ranking da concentração de renda



Fonte: Pnud, 2019

Observa-se na figura 5 que o Brasil está em segundo lugar em má distribuição de renda entre sua população, ficando apenas atrás do Catar. A concentração de renda no Brasil é uma das mais altas conforme o relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) ela está apenas má distribuída.

No Brasil o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, já no Catar a proporção é de 29%, ou seja, quase um terço da renda está nas mãos dos mais ricos já os 10% mais ricos do Brasil concentram 41,9% da renda total (PNUD, 2019).

Segundo Souza (2005, p. 5), economistas mais voltados para a realidade empírica consideram que “[...] o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente”. A noção de que o crescimento econômico proporciona automaticamente uma melhora do padrão de vida e do desenvolvimento pode representar uma aproximação com o conceito de

desigualdade, pois os resultados vindos de uma expansão do crescimento econômico nem sempre abrangem toda a economia e o conjunto da população (SOUZA, 2005). Nesse sentido, se faz necessário incluir e abordar aspectos que vão além de uma simples mensuração de crescimento. A qualidade de vida da população, no que tange suas liberdades e oportunidades de vida, devem ser mensuradas segundo variáveis que emerjam aspectos mais profundos, e que indiquem de forma mais precisa essa situação.

4.1.2 Desigualdade social no Rio Grande do Sul

Com um total de mais de 10,7 milhões de habitantes, o Rio Grande do Sul é o quinto estado mais populoso do Brasil, apresenta uma desaceleração no crescimento populacional, o Estado tem a menor taxa de natalidade dentre as unidades da federação. As mulheres constituem maioria no estado gaúcho, apesar de os últimos registros darem conta de um nascimento maior de pessoas do sexo masculino. Ficando abaixo apenas do Rio de Janeiro o estado tem a segunda maior taxa de idosos do País, em uma proporção de 13 pessoas com mais de 60 anos para cada 100 habitantes (IBGE, 2021).

Nos últimos cinco anos, o Estado cresceu em média 2,5% ao ano, abaixo do crescimento do País que registrou 3,2%. No período, o Estado registrou recessão de dois anos em 2012 em razão da estiagem que atingiu o setor agropecuário, e em 2019, fruto da crise internacional que abalou o desempenho da indústria de transformação. O maior setor de economia gaúcha é o setor de serviços, com a participação de 6% seguido pela indústria, com 29% e pela agropecuária, com 9%, nos quatros maiores municípios do Rio Grande do Sul concentram um terço de tudo que é produzido no estado (IBGE, 2021).

Logo em seguida na tabela 1, observa-se o produto interno bruto (PIB) e o PIB perca pita do Rio Grande do Sul e do Brasil do ano de 2012.

Tabela 1: Produto interno Bruto (PIB) e PIB per capita do Rio Grande do Sul e do Brasil -2012

Discriminação	(Milhões)	
	RS	Brasil
Produto Interno Bruto	296.343	4.402.537
Produto Interno Bruto Per Capita	27.514	22.402

Fonte: Adaptado, FEE/IBGE (2012)

Pode-se observar na tabela 1, onde tem-se o produto interno bruto (PIB) e o PIB per capita do Rio Grande do sul e do Brasil que no ano de 2012 o PIB do Rio Grande do Sul foi de R\$ 296.343 milhões e que o PIB do Brasil foi de R\$ 4.402,537, sendo assim o PIB do Brasil foi de aproximadamente mais de 14 vezes mais alto contra o do Rio Grande do Sul. Já o PIB per capita do Rio Grande do Sul chegou no valor de R\$ 27.514 milhões traspassando o PIB per capita do Brasil, que chegou a R\$ 22.402 milhões.

Na tabela 2 encontra-se o produto interno bruto em trilhões, e o PIB per capita em R\$ do Rio Grande do Sul.

Tabela 2: Produto Interno Bruto a preços de mercado, PIB per capita do Brasil e do Rio Grande do Sul — 2012-2019

Ano	Rio Grande do Sul		Brasil	
	PIB em bilhões	PIB per capita (R\$)	PIB Real em trilhões (USD)	PIB per capita
2012	277,7	22.402,00	2,465	12.370,22
2013	310,5	29.657,28	2,473	12.300,39
2014	331,5	31.927,00	2,456	12.112,83
2015	381,9	33.960,36	1,802	8.813,99
2016	410,3	36.329,00	1,796	8.710,06
2017	375,0	31.833,50	2,064	9.928,68
2018	445,0	40.000,00	1,917	9.151,38
2019	482,4	42.406,09	1,873	8.876,06
2020	473,4	41.449,67	1,449	6.814,88
2021	582,4	50.840,40	1,609	7.518,83

Fonte: Adaptado de SPGG_RS/DEE<FEE<IBGE (2022)

Observa-se na tabela 2 o produto interno bruto (PIB) em milhões e o PIB per capita, do Brasil e do Rio Grande do Sul de 2012 a 2021, nota -se que no ano de 2012 o Rio Grande do Sul tem um PIB não muito alto em relação aos demais anos. Percebe-se que no ano de 2013 este valor aumentou chegando 310.508, logo após os anos de 2015, 2016, 2017 fecharam com o valor de 331.508, 410.276, 375 sucessivamente logo em seguida ele continuou a crescer chegando a 7,0 trilhões no ano de 2018 e nos próximos anos 2019, 2020 voltou a reduzir novamente e que no ano de 2021 deu um aumentada no valor novamente chegando ao valor de 582.968, no ano de 2021. Já o PIB per capita começou com o valor de 22.402 no ano de 2012 e nos próximos anos ele teve várias variações chegando no valor de 50.84040 no ano de 2021.

Já no Brasil vai diminuindo conforme mostra a tabela e que do ano de 2012 para 2013 teve um pequeno aumento, mas que logo em seguida no ano de 2014 teve uma redução novamente, chegando ao valor de 2,456. No ano de 2015 este valor caiu ainda mais chegando em 1,802, no ano de 2016 também reduziu o valor foi de 1,796, observa-se que no ano de 2017 o PIB voltou a subir novamente, e que nos próximos anos este valor diminuiu. No ano de 2018 foi de 1,3917, no ano de 2019 foi de 1,873 e no ano de 2020 teve uma redução ainda maior ficando no valor de 1,449 e no último ano em 2021 teve um pequeno aumento chegando no valor de 1,609. Já o PIB per capita ao longo de 2012 a 2019 teve uma boa redução partindo do valor de 2012 com o PIB Per capita no valor de 12.37022 até o ano de 2021 com o valor e 7.51883.

Na tabela 3, pode-se observar o ranking dos 10 maiores municípios segundo o produto interno bruto do Rio Grande do Sul em 2012.

Tabela 3: Ranking dos 10 maiores municípios segundo o Produto Interno Bruto (PIB), do Rio Grande do Sul-2012

Ranking	PIB (R\$ milhões)	Participação
1° Porto Alegre	43.038	17,05
2° Canoas	16.548	6,55
3°Caxias do Sul	15.692	6,22
4° Rio Grande	7.738	3,06
5° Gravataí	7.082	2,80
6° Triunfo	5.778	2,29
7° Novo Hamburgo	5.395	2,14
8° Santa Cruz do Sul	4.811	1,91
9° Pelotas	4.811	1,81
10° Passo Fundo	4.551	1,80
RS	252.483	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social. (2022)

Na Tabela 3, pode-se observar o ranking dos dez maiores municípios do Rio Grande do Sul em relação ao PIB e sua participação. Nota -se que o município de Porto Alegre está no topo do ranking com o maior PIB no valor de R\$ 43.038, sendo maior do que o dobro do PIB de Canoas que vem em segundo lugar, com o valor de R\$ 16.548, bem próximo do de Caxias do Sul que vem logo em seguida com o valor de R\$15.692, logo após vem o município de Rio Grande com um pouco menos da metade do PIB de Caxias do Sul, com um PIB de R\$ 7.738, logo em 5 lugar vem o PIB de Gravataí com R\$ 7.082, seguidos por Triunfo, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Passo Fundo, com os seguintes PIBs 5.778; 5.395; 4.811; 4.811; 4.551 sucessivamente.

O Rio Grande do Sul é a quarta economia do Brasil pelo tamanho do Produto Interno Bruto - PIB, chegando a R\$ 482 bilhões¹, conforme dados do IBGE para o ano de 2019. O RS participa com 6,5% do PIB nacional, sendo superado pelos estados de São Paulo (31,9%), Rio de Janeiro (10,6%) e Minas Gerais (8,8%).

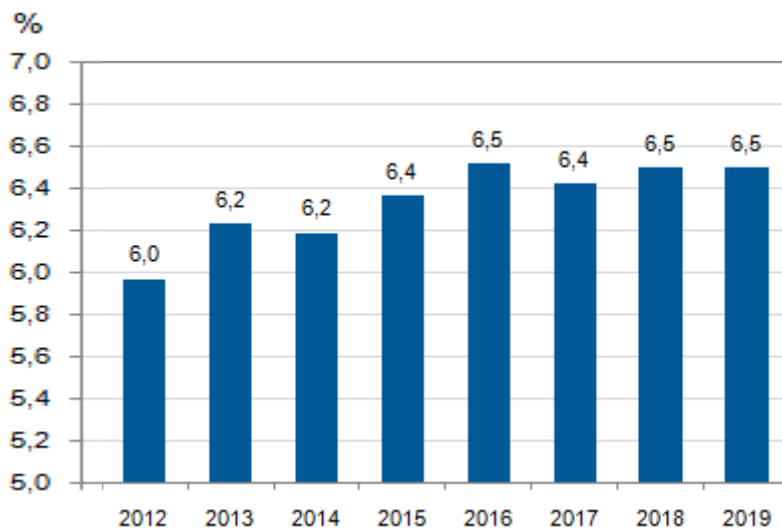
A economia gaúcha possui estreita relação com os mercados nacional e internacional, superior à média brasileira. Por isso a participação da economia gaúcha tem oscilação superior à dos demais estados brasileiros, pois é muito influenciada pela dinâmica das exportações. E, embora a estrutura setorial do VAB do Rio Grande do Sul confirme a forte participação do Setor de Serviços, que

apresentou grande crescimento durante as duas últimas décadas, pode-se dizer que a economia gaúcha é impulsionada por dois setores hegemônicos: a Agropecuária e a Indústria de Transformação.

Os setores da Indústria e dos Serviços participaram respectivamente com 22,5% e 68,8% do VAB em 2019. O setor Agropecuário possui somente 8,6%, mas possui uma forte associação com o setor industrial. Como mostra a figura 8 a participação do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil, em 2012 teve uma participação de 6,0% e só foi aumentando 2013 com 6,2 em 2014 se manteve com 6,2 e em 2015 foi pra 6,4 seguindo a aumentar em 2016 em 6,5 e em 2017 teve uma redução para ,4 e em 2018 e 2019 voltou a subir fechando em 6,5.

Na figura 6, observa-se a participação do Rio grande do Sul no PIB do Brasil de 2012 a 2019 (%).

Figura 6: Participação do Rio Grande do Sul no PIB Brasil -2012-2019 (%)



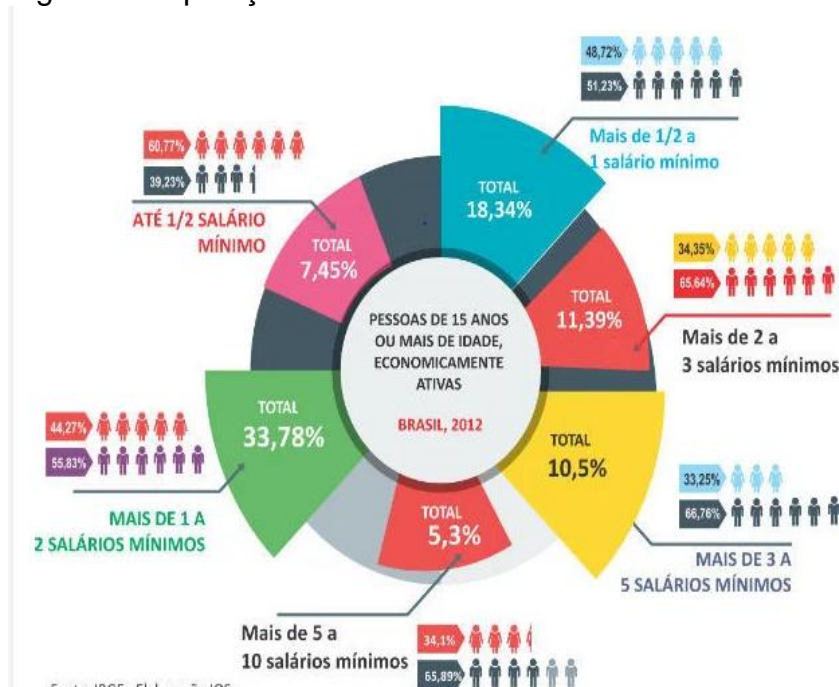
Fonte: IBGE/Contas Regionais (2019)

O desemprego, é algo que se refere a pessoas com idade para trabalhar, ou seja acima de 14 anos e que não estejam trabalhando e que estão disponíveis e de alguma forma estão tentando trabalhar. Ou seja, para ser considerado desempregado não basta não ter um emprego. Há pessoas, que não possuem emprego e que não podem ser consideradas desempregadas, como os universitários que dedicam seu tempo aos estudos, a dona de casa que não trabalha fora, empreendedores que possuem seu próprio negócio, pois de acordo com a

metodologia usada pelo IBGE na pesquisa Nacional por amostra de domicílios, o estudante e a dona de casa são considerados fora da força de trabalho, já a empregadora é considerada ocupada.

Na figura 7, observa-se a população economicamente ativas de 15 anos ou mais idade no Brasil no ano de 2012 e seus salários.

Figura 7: População economicamente ativa



Fonte: IBGE- elaboração IOS, (2022).

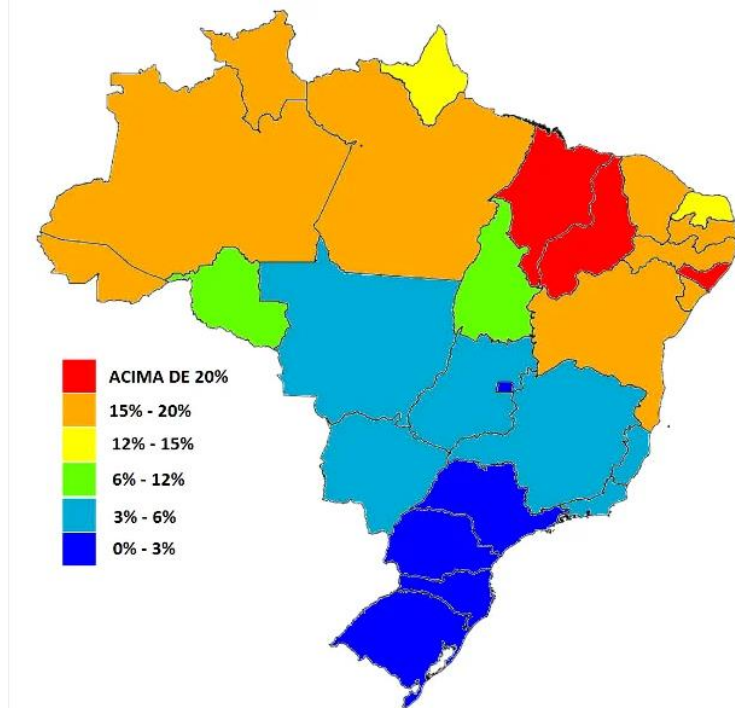
Na figura 7 observa-se as pessoas acima de 15 anos, ou mais que estão em idade economicamente ativa, como podemos ver na figura os salários em relação a porcentagem de pessoas. A maioria das pessoas possuem o salário entre um salário mínimo a 2 salários mínimos, e conforme se observa, a quantidade de pessoas vai diminuindo e os salários vão aumento, ou seja, a maioria das pessoas ganham pouco em relação ao salário mínimo enquanto a minoria da população fica com os maiores salários, apenas 5,3% ganham de 5 a 10 salários mínimos enquanto 33,78% ganham no máximo 2 salários mínimos.

Devido o processo de colonização e da escravidão o território brasileiro sempre foi um país onde há muitas pessoas pobres, com o fim da escravidão e o êxodo rural as cidades não tinham infraestrutura para a chegada de mais gente, mas isso não foi respeitado, fazendo com que a pobreza se acentuasse, mas a partir dos

anos 90 no século XX com a estabilidade econômica a renda per capita dos brasileiros começou a aumentar de maneira gradativa. No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social definiu que a linha de pobreza é de quem vive com uma renda de até 140 reais por mês. Sendo que mais de 28 milhões de brasileiros estão nessa condição.

Na figura 8, podemos observar no mapa do Brasil onde estão os estados que possuem a maior proporção de pobreza.

Figura 8: Os estados que possuem a maior proporção de pobreza



Fonte: IBGE – Elaboração IOS, (2022).

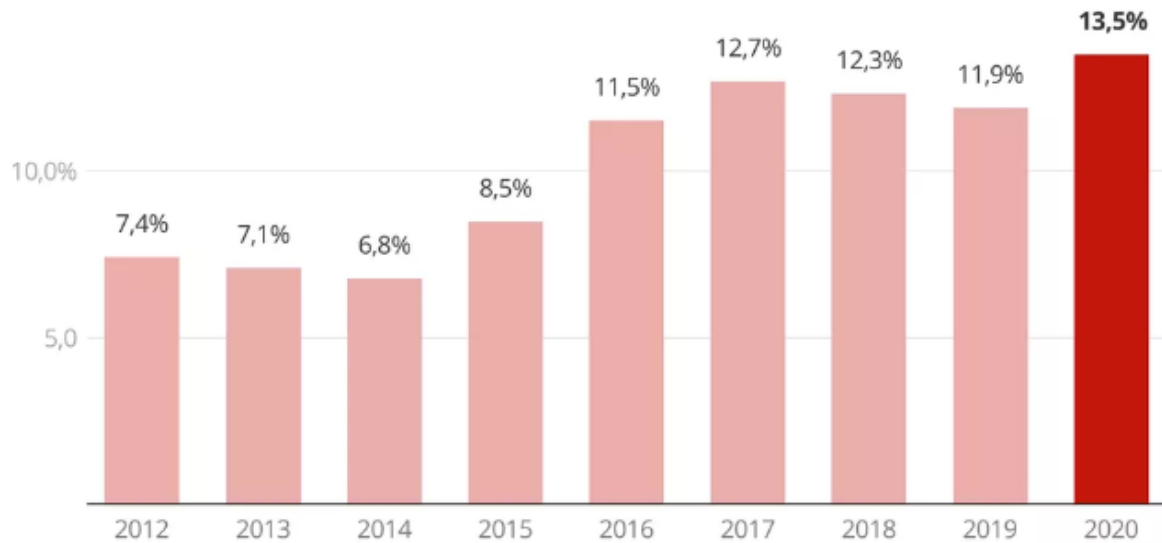
A figura 8 trata da distribuição da pobreza no Brasil, os números são a porcentagem em relação a população do estado. Pode se observar que no estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo aparecem com uma porcentagem de 0 a 3% dessa concentração de pobreza sendo a menor em relação aos outros estados logo em seguida vem Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, com o Distrito Federal e Mato Grosso, com a porcentagem de 3% a 6% dessa concentração. Observamos que Roraima e Tocantins ficam com 6% a 12% da concentração, e que Rio Grande do Norte e Amapá tem de 12% a 15% da concentração. Já os estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Pará, Acre, Amazonas e Roraima ficam com uma

porcentagem maior entre 15% e 20%, mas os estados com a maior proporção de pobreza que ocupam o topo do ranking com a porcentagem acima de 20% que são Alagoas, Maranhão e Piauí. Os estados mais ricos do Brasil são: São Paulo com um PIB de 2,348 trilhões, sendo o estado mais rico do Brasil, em segundo lugar vem o Rio de Janeiro com um PIB de 779,8 bilhões, em terceiro lugar vem Minas Gerais com um PIB de 651,9 bilhões e logo em seguida na quarta posição vem o Rio Grande do Sul com um produto interno bruto de 482,5 bilhões e em quinto lugar vem o Paraná com um PIB de 466,4 bilhões.

A taxa de desemprego no Brasil chega a registrar 4% de desocupação isto por que o mercado de trabalho acompanhou a expansão da economia. Hoje em dia cada vez se exige mais da população no caso o ensino médio, para algumas das profissões mais simples e fácil não é o suficiente, hoje em dia é necessário que se tenha um conhecimento básico em inglês, informática isso tudo pra somar conhecimento. Mas devido a desigualdade social do país, nem sempre estes requisitos são adquiridos durante a vida escolar o que acaba prejudicando, pois uma criança que não conseguiu estudar durante a infância cresce e se torna um adulto com menos chances de conseguir um bom emprego. Desde de 2016 as taxas de desemprego vêm aumentando e isso só dificulta para quem está tentando entrar no mercado de trabalho. Isso decore de uma má distribuição de renda e a falta de investimento, que faz com que a maioria das pessoas fiquem à mercê de uma minoria que detém os recursos e gera a desigualdade. No Brasil a desnutrição tem diminuído muito, apesar das regiões Norte e Nordeste terem as maiores taxas de desnutrição o que pode ser explicado devido as condições econômicas e social destas regiões, no caso da população do nordeste que é uma das que mais sofre com a questão de saneamento básico e condições adequadas de moradia e de renda devido a desnutrição está relacionada a aspectos sociais (MAGALHÃES, 2010).

Na figura 9, observa-se a média anual da taxa de desemprego no Brasil durante os anos de 2012 a 2020.

Figura 9: Média anual da taxa de desemprego no Brasil de 2012 a2019.

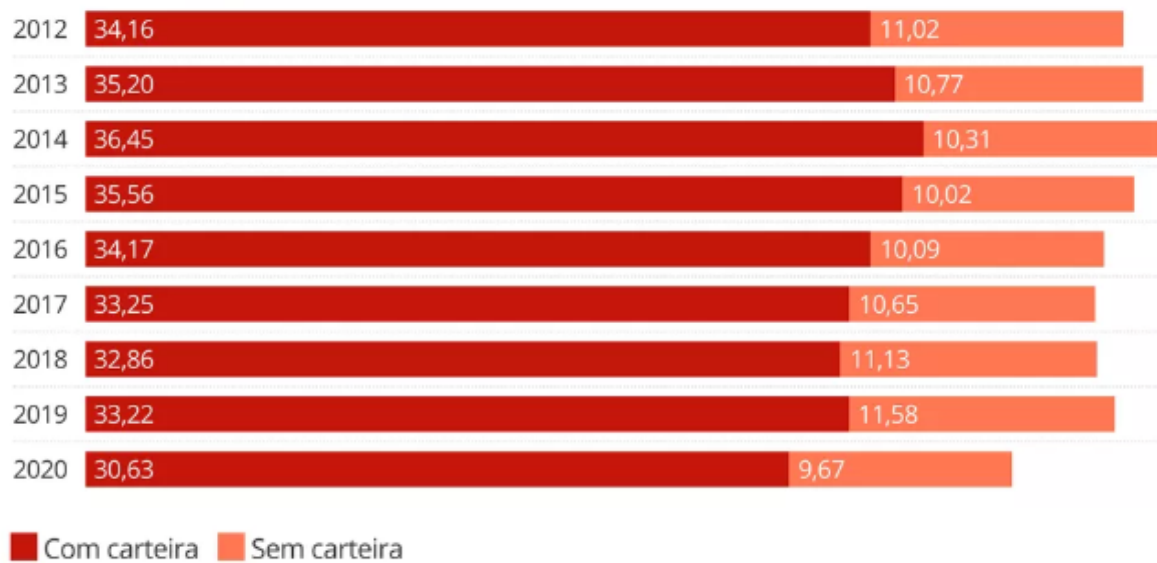


Fonte: IBGE (2020)

Observa-se na figura 9 uma série da taxa de desemprego de 2012 a 2020 no Brasil. E que no ano de 2012, em que taxa chegou a 7,4 % e logo após nos próximos anos 2013 e 2014 essa taxa diminuiu chegando a 6,8%, logo após no ano de 2015 voltou a aumentar chegando a taxa de 8,5% e que nos próximos anos, 2016 e 2017 continuou aumentar chegando a 12,7% e que em seguida nos próximos anos ela reduziu novamente chegando a 11,9% mas no ano de 2020 chegou a 13,5% onde teve a maior taxa de desemprego de toda a série histórica de 2012 a 2020 chegando a bater o recorde a taxa de 13,5% desempregados no ano de 2020.

Na figura 10, observa-se a evolução anual do emprego com carteira assinada e sem carteira assinado com a média anual em milhões em relação ao número de trabalhadores por condições da ocupação.

Figura 10: Evolução anual do emprego com e sem carteira assinada
(Média anual, em milhões do número de trabalhadores por condição da ocupação)

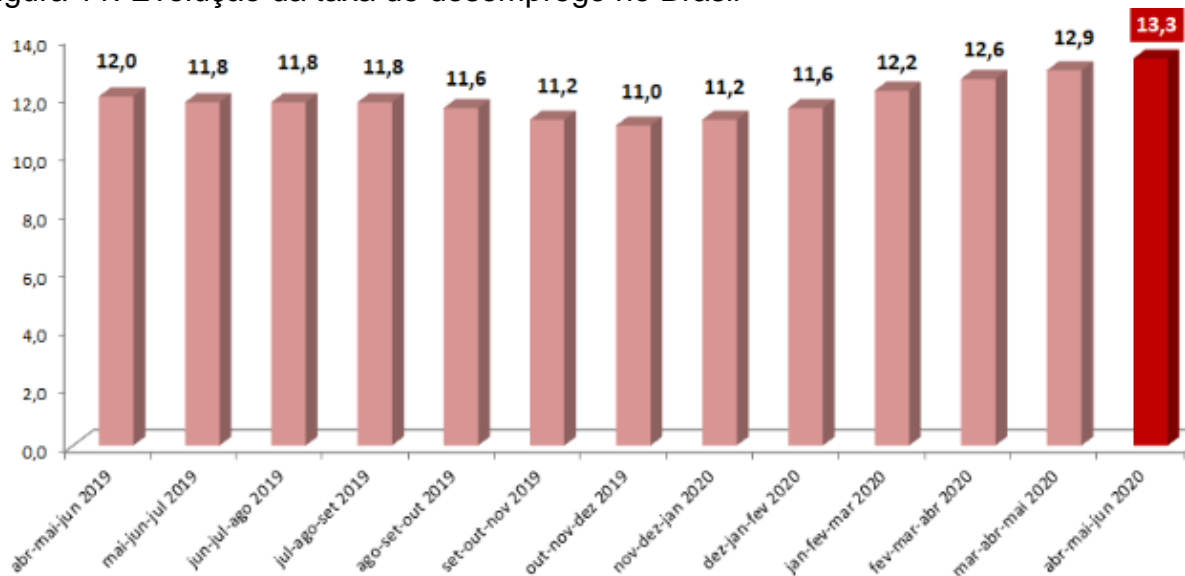


Fonte: IBGE (2020)

Analisando o gráfico pode-se observar que o número de trabalhadores com carteira assinada é sempre maior em relação aos que não tem a carteira assinada, mas que teve muitos trabalhadores sem carteira assinada que trabalharam durante estes anos, de maneira informal ou como autônomos, principalmente no ano de 2019 ano de pandemia que foi o ano em que teve o maior número de trabalhadores sem carteira assinada e que logo no próximo ano de 2020 este número diminuiu significativamente. Foi no ano de 2020 que o país registrou o menor contingente tanto de trabalhadores com carteira assinada quanto sem carteira assinada no mercado de trabalho.

Na figura 11, observa-se a evolução da taxa de desemprego no Brasil com o indicador trimestral em (%) de 2019 a 2020

Figura 11: Evolução da taxa de desemprego no Brasil



Fonte: PND continua (IBGE) 2020

Conforme observa-se na figura 11 a taxa de desemprego no Brasil, nos anos de 2019 a 2020 nota-se que no segundo trimestre de 2019 a taxa de desemprego é de 12,0%, e que nos próximos trimestres esta taxa reduziu chegando a 11,0% no último trimestre de 2019, já no ano de 2020 no 3 trimestre essa taxa chegou a 13,3% sendo a taxa mais alta na série de 2019 a 2020.

4.2 ANÁLISE DA DESIGUALDADE SOCIAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PAÍS NO PERÍODO ENTRE 2012 A 2021

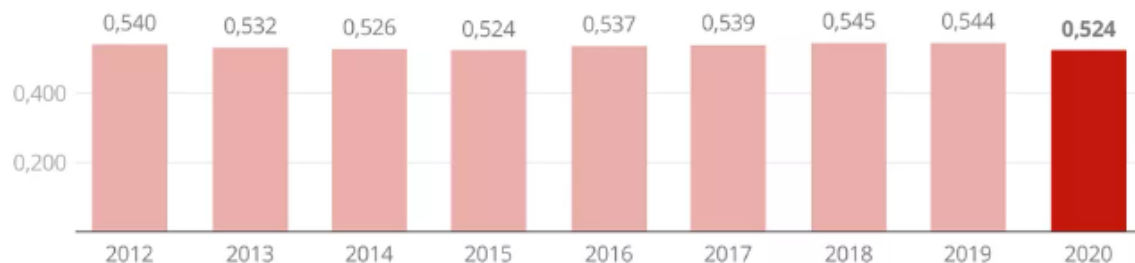
O crescimento econômico afeta de forma positiva a distribuição de renda, e impacta negativamente o crescimento econômico. A temática da desigualdade contempla uma agenda global, sendo necessário diminuir a desigualdade do país. A desigualdade de renda é mensurada principalmente através do índice de Gini, o que leva ao aumento ou redução do ritmo de crescimento econômico de um país. No caso de a relação ser positiva entre a desigualdade de renda e o crescimento econômico, isso ocorre principalmente através da taxa de poupança, que é superior no caso da parcela da população mais rica em relação a mais pobres e através da redistribuição de renda também. No país, a desigualdade de renda desincentiva o crescimento econômico, já nos países ricos, a desigualdade de renda estimula o crescimento econômico, sendo assim pode-se dizer que nos estados do Brasil com

menos desenvolvimento, a desigualdade de renda pode estar associada ao retardamento do ritmo do crescimento econômico. O Brasil é um dos países mais desigual do mundo é o segundo dentro do G20 (FERNANDES, 2021).

Alguns dos motivos para que isso ocorra é que os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total, os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos, sendo que 10% do total da renda total nacional é o que a metade da população brasileira mais pobre ganha. O bolsa família conseguiu reduzir uma parte da desigualdade nas camadas mais pobres da população, mas no Brasil a desigualdade de renda se manteve inalterada, pois a discrepância é muito elevada. Para que a pobreza se reduza, a renda dos mais pobres deve aumentar e, para isso, é necessário que haja crescimento econômico ou reduções no grau de desigualdade. A queda da desigualdade aumenta a renda dos mais pobres e, conseqüentemente, acontece a redução da pobreza e da extrema pobreza no país (FERNANDES, 2021).

Na figura 12 observa-se a evolução do índice de Gini do rendimento domiciliar per capita do Brasil de 2012 a 2020

Figura 12: Evolução do índice de Gini do rendimento domiciliar per capita no Brasil



Fonte: IBGE (2020)

Pode-se observar na figura 12, que o indicador que mede o grau de concentração de renda econômica teve a maior queda registrada. No ano de 2020 chegando a 0,524. O rendimento domiciliar per capita no Brasil teve uma discreta redução. Diante do pagamento do auxílio Brasil, auxílio criado para socorrer a população mais vulnerável do país diante dos efeitos provocados pela pandemia.

O rendimento domiciliar per capita é calculado como razão entre o total dos rendimentos domiciliar (em termos normais) e o Total dos moradores. Neste cálculo são considerados todos os rendimentos de trabalho e de outras fontes, e todos os

moradores são considerados neste cálculo, como os pensionistas, empregados domésticos, o valor é obtido a partir do rendimento bruto e de outras fontes recebidas no mês.

Na tabela 4, observa-se o IDH e índice de Gini do Brasil e do Rio Grande do Sul dos anos de 2012 a 2021

Tabela 4: O IDH e o Índice de Gini do Brasil e do Rio Grande do Sul

Ano	Brasil		Rio Grande do Sul	
	IDH	GINI	IDH	GINI
2012	0,732	0,496	0,742	0,540
2013	0,750	0,498	0,744	0,532
2014	0,754	0,494	0,625	0,526
2015	0,753	0,493	0,645	0,524
2016	0,755	0,541	0,630	0,537
2017	0,759	0,539	0,787	0,539
2018	0,764	0,539	0,652	0,545
2019	0,766	0,544	0,776	0,543
2020	0,758	0,524	0,661	0,524
2021	0,754	0,565	0,661	0,587

Fonte: Adaptado, IBGE, Pnud (2022)

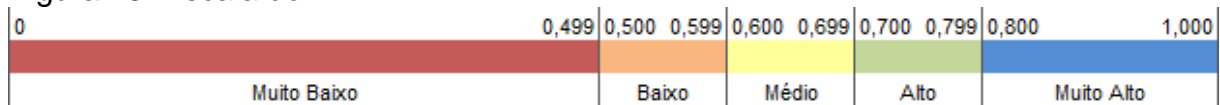
Observa-se na tabela 4 o IDH e o coeficiente de Gini do Rio Grande do Sul e do Brasil de 2012 a 2019, nota-se que no ano de 2012 ambos o IDH e o Gini foram superiores no Rio Grande do Sul, chegando a 0,742, e 0,540, com isso o RS teve um IDH alto e um coeficiente de Gini que mostra que a desigualdade do estado está alta. Já no ano de 2013, apenas o IDH reduziu comparado ao do Brasil que foi de 0,750 e do Rio grande do Sul de 0,744, nos anos de 2014, 2015, e 2016 o IDH foi superior ao do Rio Grande do Sul.

Já no ano de 2017 o IDH foi maior no Rio Grande do Sul e no ano de 2018 o IDH foi maior no Brasil e o Gini foi superior no Rio Grande do Sul chegando a 0,545, em 2019 o Gini foi maior no Rio Grande do Sul, no ano de 2019 o IDH foi mais alto no Rio Grande do sul e o Gini no Brasil, no ano de 2021, o IDH do Brasil foi maior e ambos tiveram o mesmo Gini. Logo em seguida no ano de 2021, observa-se que o IDH é maior no Brasil e que o Gini é maior no Rio Grande do Sul. Observando em geral pode-se dizer que o Brasil apresenta uma boa qualidade de

vida e que o Rio Grande do Sul, também, mas que ambos precisam melhorar este indicador e que o Rio Grande do Sul conseguiu ficar melhor colocado que o Brasil nos anos de 2012, 2017 e 2019, em relação ao IDH, já no caso do GINI o Brasil leva a melhor também, só perde nos anos de 2016 e 2019.

Na figura 13, observa-se a escala do IDH e as suas classificações em relação aos valores.

Figura 13: Escala do IDH



Fonte: PNUD (2021-2022)

Observa-se na figura 13, o IDH que varia em uma escala que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A escala classifica os países em cinco faixas: IDH muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo, se o valor for de 0 a 0,499 está muito baixo, de 0,500 a 0,599 está baixo, mas se estiver de 0,600 a 0,699 pode se considerar um IDH médio, já de 0,700 a 0,799 é considerado um IDH alto e se chegar a 0,800 a 1,000 é muito alto.

4.3 DADOS MACROECONOMICOS DO CRESCIMENTO DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL

No Brasil, o órgão responsável pelo cálculo do PIB é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em conjunto com outros órgãos, o IBGE divulga trimestralmente as estimativas das riquezas produzidas pelo Brasil, além de calcular a expectativa de crescimento do ano seguinte. Esse cálculo não é tão simples e envolve uma série de pesquisas e índices de preços, feitos pelo IBGE ou por outras instituições, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Cabe ressaltar que o PIB não corresponde a um estoque de riquezas, mas sim ao fluxo de bens e serviços finais produzidos em um ano. Se um país não produziu nada, seu PIB será zero (IBGE, 2021). Dessa forma, o cálculo do PIB é feito com os preços que chegam até o consumidor final, considerando impostos e outras taxas embutidas no produto, sendo assim o PIB é a soma de bens e serviços produzidos em um ano. A

economia Brasileira conta com uma série de gargalos que acabam limitando o crescimento sustentável. Nas últimas décadas a produtividade evoluiu muito pouco, mesmo em períodos de maior crescimento econômico como no ano de 2020. Após anos de relativa tranquilidade a dívida pública voltou a causar preocupações na década atual (IBGE, 2021).

4.3.1 O índice de Gini e o IDH no Brasil e Rio Grande do Sul

O índice de Gini é um dos mais importantes dados para mensurar as condições de vida da população, o índice de Gini também conhecido como coeficiente de Gini, é um instrumento matemático que serve para medir a desigualdade de um determinado país, unidade federativa ou município. O coeficiente recebe este nome em referência ao seu desenvolvedor, o matemático italiano Conrado Gini, que criou esse cálculo no ano de 1912 sob a preocupação de mensurar o quanto um determinado local pode ser igualitário ou desigual social e economicamente. A medida do índice de Gini obedece a uma escala que vai de 0, quando não há desigualdade e a 1 com a desigualdade máxima. Nesse caso quanto menor for o valor numérico do coeficiente de Gini, menos desigual é o país ou a localidade. A principal vantagem do coeficiente de Gini é a capacidade de mensurar.

O coeficiente de Gini se calcula como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é a, e a área abaixo da curva de Lorenz é b, então o coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como percentagem ou como equivalente numérico dessa percentagem, que é sempre um número entre 0 e 1. O coeficiente de Gini pode ser calculado com a Fórmula de Brown, que é mais prática:

Figura 14: Fórmula de Brown

$$G = \left| 1 - \sum_{k=1}^{n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k) \right|$$

Fonte: Banco mundial, ONU (2019)

Na figura 14 observa-se a fórmula de Brown onde: G = coeficiente de Gini X = proporção acumulada da variável "população" Y = proporção acumulada da variável "renda" Se existe perfeita igualdade, então todos tem a mesma renda e pode-se escolher quaisquer dois indivíduos para colocar na fórmula que dará o mesmo resultado. Escolhendo-se o primeiro e o último indivíduo, então $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} + Y_k = 1)$ e G fica igual a zero. No caso de desigualdade máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda do país, quaisquer indivíduos escolhidos darão $(Y_{k+1} + Y_k = 0)$, e G fica igual a um. Essa soma é, então, sempre um número entre 0 e 1.

Na tabela 5, observa-se o índice de Gini do Rio Grande do Sul nos anos de 2018, 2019 e 2020. Ano de 2018 antes da pandemia, de 2019 ano de pandemia e 2022 ano pós pandemias.

Tabela 5: O índice de Gini do Rio Grande do Sul antes durante e pós pandemia.

Ano	Gini
2018	0,509
2019	0,544
2022	0,515

Fonte: Adaptado Pnad (2021).

Pode-se observar na tabela 5 o Índice de Gini do Rio Grande do Sul, no período antes, durante e pós pandemia observa-se que o índice de Gini no ano de 2018 período antes da pandemia chegar ao Brasil foi de 0,509, pode-se observar que dentre os outros valores, na tabela o ano de 2018 o Rio Grande do sul tinha uma desigualdade menor ou seja ele tinha mais igualdade. Logo após no ano de 2019 ano em que se iniciava a pandemia no Brasil o Índice de Gini chegou a 0,544, aumentando a desigualdade no Rio Grande do Sul, sendo que a pandemia influenciou para que o Rio Grande do Sul ficasse ainda mais desigual, em seguida no ano de 2022 período pós pandemia o índice de Gini chega a 0,515, isso devido ao período de pandemia de 2019 a 2021 que segue até hoje e ainda trará consequências a longo prazo.

4.3.2 O IDH e o Índice de Gini no Brasil e no Rio Grande do Sul

O índice de desenvolvimento Humano (IDH) é um índice socioeconômico que é medido anualmente e serve para avaliar o progresso e desenvolvimento de uma localidade. Serve para analisar a perspectiva do desenvolvimento humano e também dos indicadores econômico como o produto interno bruto (PIB) e o PIB per capita. A sua importância se dá para análise de políticas públicas através de três critérios avaliados, para ser mais exato a realidade do local estudado, podendo ser uma cidade ou um país, antes se considerava o PIB per capita para compreender este estudo, mas essa era uma análise errônea, pois a desigualdade social dos países mais pobres não é mostrada nesse critério (MATIAS, 2021).

O IDH é calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU) quando se trata de países com base nos indicadores sociais destes indicadores é feita uma média colocando os locais analisados em ordem que variam de zero a um, quanto mais próximo de um, melhor é a qualidade de vida da localidade. A ONU leva em consideração três indicadores sociais a expectativa de vida (saúde), acesso educação e a distribuição de renda (MATIAS, 2021).

Na tabela 6, observa-se o IDH do Brasil nos anos de 2018, 2019 e 2020, sendo 2018 ano antes da pandemia, 2019 ano de pandemia e 2022 ano pós pandemia.

Tabela 6: O IDH do Brasil antes, durante e pós pandemia.

Ano	IDH
2018	0,762
2019	0,765
2022	0,754

Fonte: Adaptado, Pnud (2022)

Na tabela 6 observa-se o IDH do Brasil antes, durante e depois da pandemia. Nota-se que no ano de 2018 o IDH do Brasil foi de 0,762 esse é considerado um IDH alto o que é bom, logo após no ano de 2019 ano em que se iniciava a pandemia no Brasil este valor ainda aumentou chegando a 0,765, o que quer dizer que o Brasil tem uma qualidade boa de vida, e que está tendo uma eficiência nas políticas públicas, voltadas a saúde, educação e desenvolvimento econômico logo

após no ano de 2022 este valor deu uma reduzida, mas o Brasil ainda continua tendo um IDH alto.

4.4 A PANDEMIA COMO AGRAVANTE DA DESIGUALDADE

Pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica. Indica que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte. Mas tais surtos não são iguais. Cada um deles pode ter intensidades, qualidades e formas de agravo muito distintas e estabelece relações com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais. Uma pandemia pode até mesmo se tornar evento em escala global. É o caso da Covid19. Levou menos de três meses para que, no início de 2020, mais de 210 países e territórios confirmassem contaminações com o novo coronavírus, casos da doença e mortes. A escala global, no entanto, não significa que se trate de um fenômeno universal e homogêneo. É possível estabelecer padrões, identificar seu patógeno, compreender a sua mecânica biológica e sua transmissibilidade. Mas um vírus sozinho não faz pandemia, tampouco explica o processo saúde e doença presente em diferentes contextos, expõe de forma clara e analítica (MATTA *et al*, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a Covid-19, causada pelo novo coronavírus, já é uma pandemia. Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (MATTA *et al*, 2021).

A OMS tem tratado da disseminação em uma escala de tempo muito curta, por essa razão afirmou o diretor geral da entidade Tedros Adhanom que a covid 19 pode ser caracterizada como uma pandemia (MATTA *et al*, 2021).

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas

décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de (SARSCoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19 (MATTA *et al*, 2021).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as transferências do Programa Bolsa Família são responsáveis por 13% da redução da desigualdade no país. Infelizmente a pandemia atingiu a todos principalmente aqueles que já eram vulneráveis, acabaram levando a pior mais uma vez. Os efeitos da covid19 em relação ao aumento da desigualdade existem e está documentado (IPEA, 2021).

Na tabela 7, observa-se os principais impactos que a pandemia trouxe em 2021 para as famílias do Rio Grande do Sul.

Tabela 7: Principais impactos da pandemia em famílias do RS 2021

Até dois salários mínimos	De 3 a 5 salários mínimos	Mais de 6 salários mínimos	Média
24,7	27,9	20,8	24,6
201	24,4	36,8	23,8
12,7	11,2	4,2	11,3
9,4	7,6	0,9	8,4
6,8	4	2,8	5,5
1,1	2,8	4,2	1,9
1,6	1,5	–	1,3
22,8	19,9	22,9	22,3
0,8	0,6	1,4	0,9

Fonte: IPO e AL-RS (2021)

Observando a tabela 7, pode-se ver que o impacto da pandemia atingiu a todos e todas as classes, desde das que ganham até 2 salários mínimos, até as quem ganham mais de 6 salários mínimos, impactando desde o financeiro até a saúde física e mental. Diante do cenário da pandemia no primeiro ano de 2020 o impacto financeiro teve uma percepção maior pelos mais pobres. Entre o quarto trimestre de 2020 e o mesmo período de 2021, a renda dos 40% mais pobres caiu 30,7%, enquanto a renda dos 10% mais ricos foi reduzida em 13,3%.

O maior impacto se concentrou no setor informal da economia, em pessoas que possuem baixa qualificação e que não tinham possibilidade de transferir sua ocupação para o modo remoto. Em 2020 e 2021, passaram a sofrer perdas maiores

os mais ricos. Entre os últimos trimestres dos dois anos, a renda dos mais pobres cresceu 12,2%, enquanto a dos mais ricos caiu 2,5%. Sendo a inflação a principal responsável pela queda de renda dos mais ricos. A inflação compromete o poder de compra de todos os estratos. Entretanto, a renda dos mais pobres havia despencado no início da pandemia e, com o retorno da atividade econômica, a recuperação mais do que compensa as perdas causadas pela inflação (MATTA, 2021).

O mesmo não ocorre entre os mais ricos, cujos rendimentos não haviam sofrido um abalo tão grande no início. Não fosse a inflação, a renda dos mais ricos teria inclusive aumentado no último ano. A média de renda é distante entre os dois grupos os mais pobres, a renda média no final de 2021 era de R\$ 257,00 Já para os mais ricos, a média era de R\$ 6.698,00. Com o benefício, apesar da resistência inicial, no valor de R\$600,00 reais o que levou o crescimento da aprovação, do auxílio serviu para atender a uma reivindicação da classe trabalhadora e dos empresários, que de certa forma mantiveram a economia em movimento, apesar de não ter impulsionado ações intersetoriais que reduzisse a desigualdade socioeconômica com impactos positivos entre as populações vulnerabilizadas (MATTA, 2021).

A pandemia da Covid-19 serviu para colocar luz sobre as desigualdades sociais já existentes, talvez esquecidas ou não vistas, a população já vulnerabilizada foi comprovadamente a mais afetada de forma negativa no contexto. Como são inúmeras as diferenças na exposição ao vírus, no acesso ao diagnóstico e tratamento, no acesso a habitações, adequada tecnologia, água, saneamento, alimentação e nutrição adequada. Assim, nos últimos anos 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média, estima-se que 16 milhões de pessoas ainda permanecem na pobreza extrema. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as transferências do Programa Bolsa Família são responsáveis por 13% dessa redução da desigualdade no país (MATTA, 2021).

4.4.1 Principais evidencias na comparação do Brasil em relação ao Rio Grande do Sul

Através dos dados levantados do Brasil e do Rio Grande do Sul, comprovou-se que a desigualdade social e o crescimento econômico estão relacionados, e que há fatores importantes, como a pobreza, o desemprego e a renda, que influenciam para que o cenário não seja favorável, comprovou-se isso através dos indicadores utilizados que foram o PIB o PIB perca pita o coeficiente de Gini e o IDH. E que ambos o Brasil e o Rio Grande do Sul sofrem com a questão da desigualdade e do crescimento econômico, conforme mostram os números apresentados teve uma piora relativa no período de pandemia, a economia do Rio Grande do Sul e a quarta economia do Brasil pelo tamanho do seu produto interno bruto, participando com 6,5% do PIB nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico foi associado a melhoria de renda nas famílias através da elevação dos salários. Segundo Kuznets (1995) o crescimento econômico em seu estágio inicial vem acompanhado com o aumento da desigualdade de renda. A desigualdade econômica faz com que a riqueza seja concentrada nas mãos de poucas pessoas. Apesar de que a concentração da renda no Brasil é uma das mais altas do mundo, deixando o país em segundo lugar em má distribuição de renda entre a sua população.

Dessa maneira o presente estudo foi identificar teoricamente como a desigualdade social se comporta frente ao crescimento econômico, no Brasil e no Rio Grande do Sul, no período de 2011 a 2021, ainda enfrentando uma pandemia pelo caminho. Através dos estudos realizados, foi necessário entender o surgimento e evolução das teorias do desenvolvimento econômico, baseando-se nos principais economistas, analisou-se as diferenças de desenvolvimento econômico e de crescimento econômico, utilizando os indicadores socioeconômicos com PIB, IDH e o coeficiente de GINI. Chegando à conclusão de que é necessário investir em reformas políticas e econômicas, e que a desigualdade impede o crescimento econômico, uma vez que o desenvolvimento econômico contribui para a desigualdade. Como a desigualdade social se comportou frente as variações do crescimento econômico no Brasil entre 2012 a 2021? A desigualdade social se comportou de maneira negativa frente as variações do crescimento econômico, devido fato do crescimento econômico está relacionado com o desemprego, a pobreza e a distribuição da renda, como observa-se no trabalho existe uma má distribuição de renda entre as classes sociais fazendo com que o crescimento econômico que por sua vez contribua para o aumento da desigualdade social.

Novos estudos podem ser realizados para ampliar os resultados, como a desigualdade social pode ser reduzida, e quais novos programas de assistência social podem ser implantados. Outro estudo realizado poderia ser de que maneira os impostos contribuem para a desigualdade social no Brasil. Também pode ser aplicado um modelo econométrico, para observar e estimar o quanto o desenvolvimento pode, e de que maneira agregar na desigualdade social, ou vice e versa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cleiciele, Augusto. **Pesquisa Qualitativa**. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?lang=pt#:~:text=Segundo%20Denzin%20e%20Lincoln%20\(2006,as%20pessoas%20a%20eles%20confere](https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?lang=pt#:~:text=Segundo%20Denzin%20e%20Lincoln%20(2006,as%20pessoas%20a%20eles%20confere) m. Acesso em 21 de Mai. 2022.

ALBUQUERQUE, de Vercesi Mariana. **Inequality geographic situation, and meanings of action in the covid-19 pandemic in Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YnJk6W34PYN9G5jp39kzCdy/?lang=en>. Acesso em 21 de out. 2022.

ALVARENGA, Darlan. et al. **Desemprego cai ara 13,9% no 4 trimestre , mas taxa média em 2020 a maior já registrada pelo IBGE**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/desemprego-fica-em-139percent-no-trimestre-terminado-em-dezembro-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 10 de nov. 2022.

ARAÚJO, Felipe. **Programa social**. 2021. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/programa-social/>. Acesso em 22 jun. 2022.

ATLAS, Socioeconômico. **PIB Per capita**. 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/pib-per-capita>. Acesso em 12 de nov. 2022.

BANCO MUNDIAL *apud* Souza. **Desenvolvimento econômico**. 2007. São Paulo. Ed. Atlas.2007.

BARBOSA, Rogério. et al. **Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019**. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>. Acesso em 08 de nov. 2022.

BARROS, Paes de, Ricardo. et al **A ESTABILIDADE INACEITÁVEL: DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL. 2001**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf. Acesso em 10 de nov. 2022.

BARROS, Paes de, Ricardo. **Desigualdade de renda no Brasil uma análise da queda**. 1 Ed. 3. 2006.

BARROS, Paes de, Ricardo. et al. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/?lang=pt#:~:text=Esta>

%20compara%C3%A7%C3%A3o%20revela%2C%20com%20extrema,a%20intensidade%20da%20pobreza%20nacional. Acesso em 22 jun. 2022.

BEZERRA, Juliana. **Pobreza no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/pobreza-no-brasil/>. Acesso em 10 de out. 2022.

CASTELAR, Pablo, Urano de Carvalho. **Impacto do Crescimento Econômico e da Desigualdade de Renda na Pobreza do Brasil**. sd. Disponível em: <https://caen.ufc.br/wp-content/uploads/2013/06/impacto-do-crescimento-economico-e-da-desigualdade-de-renda-na-pobreza-do-brasil.pdf>. Acesso em 30 de out. 2022.

DEE. **PIB do RS anual**. 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-anual>. Acesso em 11 de nov. 2022.

DOWBOR, Ladislau. et al. **Economia social no Brasil**. São Paulo: Senac, 2001.

FEE. **Desempenho dos municípios do Rio Grande do Sul. 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em 12 de nov. 2022.

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERNANDES, Daniela. **Quatro dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761#:~:text=Os%2010%25%20mais%20ricos%20no%20Brasil%20possuem%20quase%2080%25%20do,det%C3%A9m%2035%25%20da%20fortuna%20americana>. Acesso em 03 de nov. 2022.

FRAZÃO, Fernando. **Quatro pontos sobre o desemprego no Brasil 2021**. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/12/02/quatro-pontos-sobre-o-desemprego-no-brasil/>. Acesso em 11 de out. 2022.

GAZETA, do Povo. **PIB do Brasil histórico e evolução em gráficos**. 2021. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>. Acesso em 10 de set. 2022.

IBGE. **Indicadores do desenvolvimento sustentável**. 2019. Disponível em : <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5801>. Acesso em 03 de ago. 2022.

IBGE. **Índice de Gini**. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/11605>. Acesso em 22 de out. de 2022.

IBGE. **O que é desemprego.** 2020. Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 07 de jul. 2022.

IPO e AL- RS. **Mais de 44% das famílias do RS sofreram impacto financeiro pela pandemia.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/09/22/mais-de-44percent-das-familias-do-rs-sofreram-impacto-financeiro-pela-pandemia-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 02 de nov. 2022.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político.** 1969. Editora paz e terra. Acesso em 27 de jul. 2022

LAVINAS, Lena. et al. **Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social.** Rio de Janeiro. 2014. Editora Letra e imagem. Acesso em 02 de nov. 2022.

LÚCIO, Clemente Ganz. **O desenvolvimento no Brasil exige acordos para promover transformações.** 2015. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/odesenvolvimento-no-brasil-exige-acordos-para-promover-transformacoes/>. Acesso em 17 de mai. 2022.

LIMA, Faria, Leonardo. **Taxa de desemprego sobe para 13,3% no trimestre encerrado em junho.** 2020. Disponível em: <https://acminas.com.br/imprensa/taxa-de-desemprego-sobe-para-133-no-trimestre-encerrado-em-junho/>. Aceso em 16 de nov. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** Disponível em: Barueri [SP]: Atlas, 2021. Acesso em 20 de mar. 2022.

MATIAS, Átila. **PIB do Brasil.** 2018. Disponível em <https://www.preparaenem.com/geografia/pib-brasil.htm>. Acesso em 26 de out. 2022

MATTA, Correia Gustavo. et al. **Os impactos sociais da Covid -19 no Brasil. população vulnerabilizadas e resposta a pandemia.** 2020. Disponível em: Fiocruz. Acesso em 02 de out. 2022.

MEDEIROS, Marcelo. **A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: Resultados adicionais.** 2016. Disponível em <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/129919/1/848510712.pdf>. Acesso em 03 de nov. 2022.

MENEZES, Pedro. **Capitalismo**. s.d. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/capitalismo/>. Acesso em 19 de mar. 2022.

MENEZES, Pedro. **Desigualdade social**. 2020. Disponível em: [https://www.significados.com.br/desigualdade-social/#:~:text=Desigualdade%20social%20representa%20a%20diferen%C3%A7a,%20de%20g%C3%AAnero%20entre%20outros](https://www.significados.com.br/desigualdade-social/#:~:text=Desigualdade%20social%20representa%20a%20diferen%C3%A7a,%20de%20g%C3%AAnero%20entre%20outros.). Acesso em 15 de nov. 2022.

MOURA, Jose Lessa de Eribert. **O neodesenvolvimentismo no Brasil e os impactos as políticas sociais**. 2015. Disponível em: <https://www.neodesenvolvimentismo-no-brasil-e-os-impactos-as-politicas-socias>. Acesso em 10 de mar. 2022.

NASCIMENTO, Santos do, Iracema. **A normalidade da desigualdade social e da exclusão educacional no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53834>. Acesso em 03 de jul. 2022.

ONU. **Fórmula de Brown Archives, análise Macro**. 2020. Disponível em: <https://analisemacro.com.br/tag/formula-de-brown/>. Acesso em 10 de nov. 2022.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Índice de Gini"; *Brasil Escola***. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>. Acesso em 03 de nov. 2022.

PNUD. **Ranking da concentração de renda. 2019**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em 15 de out. de 2022.

PNUD. **Escala do IDH. 2020-2021**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm#:~:text=O%20IDH%20varia%20em%20uma,baixo%20e%20muito%20baixo1..> Acesso em 07 de out. 2022.

POLITIZE, Carla. **Desigualdade social um problema sistêmico e polêmico**. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/desigualdade-social/>. Acesso em: 09 de nov. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2013. Disponível em: Biblioteca digital. Acesso em 20 de mar. 2022.

REIS, Tiago. **Desenvolvimento econômico: conheça as principais teorias a respeito**. 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/desenvolvimentoeconomico>. Acesso em 21 de mar. 2022.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**: 5. Ed Rio de Janeiro editora Zahar 1974. Acesso em 26 de jun. 2022.

SASSE, Cintia. **Desigualdade**. 2020. Disponível em: <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/tag/desigualdade/page/2/>. Acesso em 03 de set. 2022.

SASSE, Cintia. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em 21 de out. 2022.

SCHUMPETER, Apud SOUZA. **Desenvolvimento Economico**. 2007. São Paulo: Ed Atlas S.A . 2007.

SIEDENBERG, Rugard, Dieter. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico uma síntese**. 2003. Disponível em: [file:///C:/Users/Maria%20Luiza%20Amaral%20P/Downloads/67-Texto%20do%20artigo-217-1-10-20111013%20\(13\).pdf](file:///C:/Users/Maria%20Luiza%20Amaral%20P/Downloads/67-Texto%20do%20artigo-217-1-10-20111013%20(13).pdf). Aceso em 11 de nov. 2022

SODRÉ, Flavio. Raymundo. Arruda. **Os impactos da corrupção no desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza dos municípios brasileiros**. Recife: UFPE, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12549/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Flavius%20Raymundo%20Arruda%20Sodre.pdf>. Acesso em 01 de nov. 2022.

SOUZA, Luiz, Jorge. **Desafios do desenvolvimento**. 2008. Disponível em : https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1352:entrevistas-materias&Itemid=41. Acesso em 14 de nov. 2022.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. Ed 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007

STEVANIM, Luís Felipe. **Desigualdade social e econômica em tempos de covid19**. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-economica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em 19 de mar. 2022.

.

.